



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO

LAILA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO CONTEXTO DO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**

JOÃO PESSOA

2018

LAILA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE
TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO CONTEXTO DO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**

Dissertação submetida à banca examinadora na Universidade Federal da Paraíba, Campus I – João Pessoa, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses.

JOÃO PESSOA/PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Laila Maria Alvarenga de.

Entre o moderno e o arcaico: Uma análise das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil / Laila Maria Alvarenga de Lima. - João Pessoa, 2018.
85 f.

Orientação: Jaldes Reis de Meneses.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalho; mecanização, superexploração. I. Meneses, Jaldes Reis de. II. Título.

UFPB/CCHLA

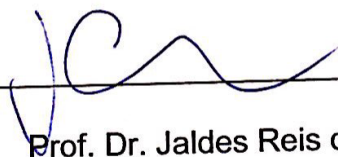
LAILA MARIA ALVARENGA DE LIMA

**ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: Uma análise das relações de trabalho
no setor socioalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social e Política Social.

Aprovada em 29 de novembro de 2018.

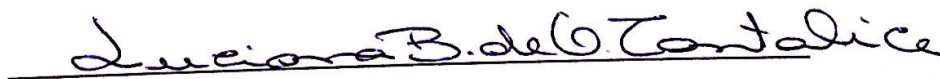
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jaldes Reis de Meneses

Orientador

Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)



Prof.ª Dr.ª Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof.ª Dr.ª Maria Augusta Tavares

Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Aos cortadores e cortadoras de cana. Esta dissertação não seria possível sem os vários trabalhadores que vivem nos canaviais. Foi para eles que esta dissertação foi feita.

À minha mãe, Socorro Alvarenga, exemplo de pessoa e profissional. Ela me ensinou a importância de valorizar e lutar por um ensino público e de qualidade. Nos últimos dois anos, o Alzheimer lhe tirou a memória e estabilidade física, mas nada pôde apagar o amor e tudo que ela me ensinou ao longo da minha vida.

Ao meu orientador, Jaldes Meneses. Obrigada por me aceitar como orientanda. Obrigada pela confiança no meu trabalho.

As minhas amigas e companheiras de Mestrado: Patrícia Grimaldi, Jéssica Juliana e Clívia Lira. Com elas eu dividi as maiores alegrias e as maiores dores que perpassaram esses dois anos e meio de Pós-graduação. Obrigada pela força, pelas conversas durante a madrugada nos momentos de insegurança e pelo incentivo para não desistir.

À Allan Xavier, meu melhor amigo, que nunca me deixou sozinha quando eu precisei. Pessoa que sempre me incentivou a saltar altos voos, que me fez acreditar que eu poderia pensar e alcançar o mundo todo.

À Professora Maria Augusta Tavares (Guga), minha orientadora de iniciação científica no período do curso de Graduação. Obrigada por me apresentar o caminho da pesquisa, por me ensinar que ela é algo para se viver. Agradeço, sobretudo, pela amizade, pelo respeito e pelo carinho.

*“Há muitas maneiras de matar uma
pessoa. Cravando um punhal, tirando o
pão, não tratando sua doença,
condenando à miséria, fazendo
trabalhar até arrebentar, impelindo ao
suicídio, enviando para guerra, etc. Só
a primeira é proibida por nosso Estado”*

(Bertolt Brecht)

RESUMO

A Cultura da cana de açúcar sempre ocupou um lugar importante no cenário nacional. Esse sistema que tem por base os grandes latifúndios protegidos pelo Estado, a monocultura e a força de trabalho análoga a escravidão, tem sido espaço de significativas transformações que transita entre práticas antigas e modernas a exemplo do trabalho manual e da utilização de tecnologias. A implementação da mecanização tem sido justificada como uma forma de proteção ambiental e como alternativa para a diminuição da exploração do trabalho nos canaviais, razões as quais não se sustentaram completamente. Este trabalho, portanto, tem como objetivo principal analisar o processo de mecanização no Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo e as consequências para os cortadores da cana. Tomamos como aporte teórico-metodológico a tradição marxista, pautada na perspectiva da totalidade social. Adotamos como instrumentos de pesquisa análises bibliográficas acerca do modo de produção capitalista, da formação social brasileira, da economia canavieira, das transformações do mundo do trabalho e etc. Pudemos observar até então que a mecanização no cultivo da cana-de-açúcar tem avançado nos últimos anos de forma significativa, mas o trabalho manual não decaiu. O que se verificou foi uma combinação entre máquinas e trabalho vivo, resultando assim numa superexploração dos cortadores de cana em razão das exigências de produtividade impostas pelo mercado. Esses elementos assumem características próprias no capitalismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; mecanização; superexploração.

ABSTRACT

The culture of sugar cane has always occupied an important place in the national scene. This system, which is based on the large estates protected by the State, monoculture and the workforce analogous to slavery, has been a space of significant transformations that transits old and modern practices such as manual labor and the use of technologies. The implementation of mechanization has been justified as a form of environmental protection and as an alternative to reduce the exploitation of labor in sugarcane, for which reasons were not fully supported. This work, therefore, has as main objective to analyze the process of mechanization in Brazil in the context of contemporary capitalism and the consequences for cane cutters. We take as a theoretical-methodological contribution the Marxist tradition, based on the perspective of social totality. We use bibliographical analyzes of the capitalist mode of production, the Brazilian social formation, the sugar economy, the transformations of the world of work and so on. We could observe until then that the mechanization in the cultivation of the sugar cane has advanced in the last years of significant form, but the manual work did not decay. What happened was a combination of machines and live labor, resulting in an overexploitation of sugarcane cutters because of the productivity requirements imposed by the market. These elements assume their own characteristics in Brazilian capitalism.

KEYWORDS: Work; mechanization; overexploitation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TRABALHO E LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	17
1.1 A função do trabalho na reprodução das sociedade capitalista.....	17
1.2 Subsunção do trabalho ao capital: particularidades do trabalho na sociedade burguesa	26
1.3 O trabalho na era da acumulação flexível de capital	28
2 CAPÍTULO: CAPITALISMO PERIFÉRICO E A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO DOS CORDADORES DE CANA AO CAPITAL	41
2.1 Capitalismo periférico e industrialização tardia no Brasil	41
2.2 Agroindústria canavieira no Brasil: relações e contradições	51
3 CAPÍTULO: ANÁLISES SOBRE O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	60
3.1 Agroindústria canavieira: entre a modernização e as formas arcaicas de trabalho	60
3.2 Mecanização no corte da cana e a superexploração.....	66
3.3 Breves considerações sobre a Questão Agrária	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Os motivos que determinaram a escolha desse objeto são resultados da nossa trajetória acadêmica, centrada no acúmulo do debate sobre a formação sócio histórica do Brasil e na indústria canavieira, mais precisamente com a aproximação ao GPT (Grupo de Pesquisa sobre Trabalho) sob a orientação da Professora Maria Augusta Tavares que, na ocasião, era professora do departamento de pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Não é novidade que o desenvolvimento do modo de produção, em uma esfera da indústria, condiciona idêntica revolução nas outras esferas produtivas. Em *O capital*, no capítulo que trata da maquinaria e da grande indústria, o filósofo Karl Marx analisa a crescente produção mecanizada, que se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, para demonstrar que, a partir daquele momento, a maquinaria se apoderou do que ele chamou de fabricação das máquinas ferramentas. Desde então, progressivamente, o trabalho humano cede lugar à máquina, sobretudo, quando, economicamente, a mecanização se torna mais viável.

Aqui, atentamos para o fato de que o inegável desenvolvimento tecnológico de que se reveste o capitalismo do século XXI, reduzindo capital variável em favor do capital constante, definitivamente não rompe com algumas práticas de exploração do trabalho comuns aos séculos passados. No Brasil, traços de continuidade, que se inscrevem na exploração da mais-valia absoluta, constituem, em muitos casos, a base de sustentação de segmentos econômicos vitais à ordem capitalista, como ocorre no Complexo Agroindustrial Canavieiro. Este, por um lado, relaciona-se com a indústria automobilística, cujo desenvolvimento se confunde com a expansão capitalista – fordismo e toyotismo – e, por outro lado, com o corte da cana, atividade que, afora as áreas mecanizadas, pouco ou quase nada, foi alterada ao longo do cultivo dessa lavoura, desde o século XVI até os dias atuais, afirmação que não se aplica à sua transformação em açúcar e em álcool.

A cana-de-açúcar sempre ocupou os solos mais férteis do Brasil e foi a primeira atividade econômica desenvolvida pela Coroa portuguesa para consolidar o domínio efetivo sobre a nova colônia, o que aguçou o interesse de investidores externos. O sistema de produção baseado na monocultura, na força de trabalho escrava e na grande propriedade protegida pelo Estado é um dos elementos essenciais para compreender a perversa concentração fundiária e o grau de extrema pobreza que ainda hoje se verifica no meio rural.

Além da exploração e opressão ditadas pela modalidade do salário por peça, o capital ainda se vale de um saber inacessível ao cortador de cana buscando aumentar os seus ganhos de produtividade: a quantidade de cana cortada é medida em metros lineares e o seu valor definido em toneladas, tornando-se necessário a conversão do valor de tonelada para o valor do metro, o que se constitui uma fonte de fraude no trabalho. A isso se acrescenta a competitividade gerada entre os trabalhadores, da qual o capital também se aproveita. Como o salário por produção é rebaixado na mesma medida em que aumenta a produção durante um mesmo tempo, ao intensificar o trabalho e aumentar o volume de toneladas/dia, o cortador de cana está reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário que se materializa na mercadoria, portanto, também o seu salário e o de todos os demais trabalhadores da mesma atividade.

De forma peculiar, a indústria canavieira, ao contrário de outros ramos da indústria, alia o trabalho manual que é análogo à escravidão às formas modernas de produção, como a exemplo da mecanização do corte da cana, conformando o ciclo do “desenvolvimento desigual e combinado (TROTSKI, 1967)”.

Provavelmente já existe tecnologia direcionada a tal fim, contudo, além das razões técnicas, o grande contingente de trabalhadores disponibilizado pela expulsão de outros segmentos garante uma força de trabalho barata, tornando-se possível supor uma considerável redução de custos nos produtos finais, razão pela qual se justifica ainda o sistema de colheita manual. Se atendidas essas exigências, o corte da cana mecanizado fosse mais barato que o corte manual, não há dúvida de que o capital investiria em tecnologia, para que esses limites fossem superados. Contudo não é incomum, nesse

debate, uma suposta preocupação com o desemprego, tendo em vista a desqualificação da força de trabalho predominante nesse setor, embora o pleno emprego jamais faça parte dos objetivos do capital, uma vez que a existência da superpopulação relativa ou do exército industrial de reserva, desde que não exceda certos limites, lhe seja funcional.

A mecanização existente ainda não é suficiente para destruir todos os postos de trabalho dessa parcela da população, mas muitos trabalhadores já foram substituídos pela máquina. Nesse sentido, a indústria canavieira é um espaço de três grandes expressões do capitalismo contemporâneo brasileiro, unindo elementos modernos aos arcaicos: ao mesmo tempo em que ocorre uma investida nas tecnologias, há o desemprego, e também uma superexploração do trabalho dos cortadores que continuam exercendo trabalho manual, típico dos séculos passados.

Paralelo ao crescimento do consumo per capita de energia no Brasil, cresce também a oferta de combustíveis de fontes renováveis, especialmente, os obtidos da biomassa, como é o caso do etanol. Considerando a essencialidade da energia para o desenvolvimento econômico e o esgotamento das reservas de combustíveis fósseis, certamente os combustíveis de fontes renováveis assumem um enorme valor social, justificando-se, portanto, a introdução de avanços tecnológicos substanciais na agroindústria da cana-de-açúcar, a exemplo do que ocorre nas fases agrícola e industrial da produção de álcool. Nesse âmbito, inscrevem-se, além dos investimentos em novas tecnologias e de soluções técnicas para melhorar a eficiência das máquinas, as preocupações ambientais.

Contudo, na base dessa agroindústria, há trabalhadores submetidos a condições de trabalho degradante. Embora a tecnologia já ofereça a possibilidade da mecanização, esta ainda não é economicamente viável para os terrenos irregulares. Sobretudo nas encostas – mas não só –, ainda se utiliza o trabalho manual, em larga escala. Dada a necessidade de legitimação da ordem capitalista, argumenta-se que a extinção do uso do trabalho manual resultaria em um grande volume de desemprego, uma vez que os cortadores de cana são, predominantemente, trabalhadores de ínfima qualificação.

Na realidade, dois aspectos devem ser considerados. Por um lado, o desemprego só se constitui uma preocupação quando ameaça a ordem capitalista e, por outro, esses trabalhadores, em sua maioria oriundos da zona rural, não precisariam se submeter ao degradante corte manual da cana, se no Brasil houvesse uma reforma agrária que, para além da monocultura, propiciasse a prática extensiva da pequena produção.

Objetiva-se, portanto, neste trabalho, analisar e discutir a dinâmica contemporânea em que o trabalho vem assumindo no âmbito do setor sucroalcooleiro no cenário brasileiro, suas expressões e consequentemente explicar as graves perdas para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, a nossa principal munção teórica está nos textos econômicos de Marx, predominantemente, em O capital e na história econômica do Brasil, a partir de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Gadiel Perruci, Francisco de Oliveira etc.

Segundo Prado Júnior,

[...] a presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que [não seja] alienar sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura de mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País. Padrões esses que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, e que indiretamente e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos (1979, p. 18).

Ratificando a influência dos padrões rurais nos urbanos, Oliveira (1987) vai mais longe, defendendo que há uma integração dialética entre o rural e o urbano. Nessa relação estrutural, a agricultura cumpre o papel vital para a expansão do sistema capitalista, fornecendo contingentes de força de trabalho, alimentos ou matérias-primas. O baixo custo da reprodução da força de trabalho rural acaba por rebaixar o preço da mesma. A abundância de terras e de força de trabalho são fatores determinantes tanto para o êxito dos latifundiários rurais, quanto para os baixos padrões de vida da população

trabalhadora rural (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 26). Tal contradição assinala o difícil estabelecimento de uma política agrária que priorize o trabalhador. Os latifundiários, por um viés, não abrem mão de suas terras, sejam ou não produtivas e, por outro, o exército industrial de reserva não para de crescer, concomitantemente a um leque de modalidades de exploração na esfera da mais-valia absoluta, em consonância com a flexibilidade toyotista. “Com a acumulação flexível, a mais-valia absoluta volta a ter uma posição importante na formação do lucro dos capitalistas” (SOARES, 2008, p.115). Então, alia-se à mais-valia a maior intensidade do trabalho, a elevação da jornada de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas.

Marx (1988) atenta para o fato de que, na esfera da mais-valia absoluta, o capitalista não está sujeito a nenhuma preocupação com a valorização de prédios, máquinas etc. e que aqui tampouco arrisca coisa alguma exceto a pele do próprio trabalhador. Tal condição permite a criação sistemática de um “exército industrial de reserva” sempre disponível, durante parte do ano dizimado por um trabalho forçado desumano, enquanto durante outra parte está na miséria por falta de trabalho. Para Marx, a exploração que ultrapassa o nível social de trabalho não pago “torna-se meio de concorrência entre os próprios capitalistas. Considerando-se que a produtividade, na colheita da cana, atingiu níveis que já levaram trabalhadores à morte, pode-se dizer que o trabalho do cortador de cana ultrapassa o nível social do trabalho não pago e que, portanto, esse trabalhador está sendo submetido a uma produção de mais-valia anormal. Nos termos de Ruy Mauro Marini (2012), trata-se da superexploração.

Há, nesse universo teórico-prático, uma combinação de fatores, sinteticamente apresentados, que carece ser melhor analisada. Ainda segundo Marx (1988), o aumento da força produtiva do trabalho requer a revolução das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, com o que se encurta parte do trabalho necessário para que seja maior a parte do trabalho excedente, da qual o capital se apodera. No caso do trabalhador do corte da cana, embora a regulação estatal tenha reduzido a jornada de trabalho referente ao tempo, ela se tornou muito mais intensa, pois o trabalho realizado

em um tempo menor, contraditoriamente aumenta a produtividade. Não houve alteração nas condições técnicas nem nas sociais, ainda assim, a produtividade na colheita da cana-de-açúcar vem se elevando de forma significativa nas últimas décadas.

Evidentemente, nossa matéria de estudo é a realidade, mas isso não implica, de modo obrigatório, na realização de pesquisa empírica. Esta pesquisa configura-se como um estudo bibliográfico e qualitativo, na perspectiva da totalidade, portanto, está em conformidade com a tradição marxista. Nós acreditamos que, para entender os movimentos que conformam a sociedade burguesa, é mister um método que analise o real para além da aparente imediatez dos fatos. Trata-se de decifrar as relações sociais a partir da história, compreendendo-a como um conjunto de múltiplas determinações.

No método dialético marxiano, partimos do particular para o geral. A metodologia usada, configura-se em três níveis: universal, singular e particular. Compreendemos que, na esfera da universalidade, estão as determinações de dados complexos sociais. O particular apreende elementos mais específicos, detendo-se a revelar aspectos mais correlacionados ao geral. Já o singular, encontra-se no campo das mediações, ou seja, o que reside na “particularidade” é medido pela singularidade. Por essa razão, esse aporte teórico metodológico que optamos seguir supriu as exigências necessárias para se conhecer e analisar com fidelidade os complexos que permeiam a formação sócio histórica do Brasil, bem como a indústria canavieira e as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro evitando assim enfoques culturalistas e politicistas sobre os mesmos.

Metodologicamente, nosso trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo será dividido em três subseções: a primeira versará sobre o debate do trabalho e a Lei Geral da Acumulação Capitalista, partindo da discussão referente a ontologia do ser social; na segunda subseção faremos uma argumentação sobre as particularidades do trabalho na sociedade capitalista e na terceira subseção concentramos nossa discussão a respeito do trabalho na era da acumulação flexível de capital. No segundo capítulo

trataremos, especificamente, do capitalismo periférico brasileiro e de questões a respeito do trabalho no qual será dividido em duas subseções: a primeira sobre o capitalismo à brasileira e a industrialização tardia no Brasil, e a segunda subseção sobre as relações e contradições no âmbito do setor sucroalcooleiro. O terceiro e último capítulo revelará o resultado da nossa pesquisa, traremos uma análise do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil e suas expressão no capitalismo contemporâneo. Na primeira subseção falaremos sobre as formas arcaicas e modernas que o trabalho vem assumir na indústria canavieira; na segunda subseção trataremos das questões relacionadas a modernização pela via da mecanização da colheita da cana e a superexploração do trabalho como formas específicas das relações de trabalho nos canaviais; e na terceira e última subseção elaboramos breves considerações em torno da Questão Agrária no Brasil.

1 TRABALHO E LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

1.1 A função do trabalho na reprodução das sociedade capitalista

A peculiaridade da forma de ser da vida de um homem está no fato dela requerer, com absoluta necessidade, um processo de acumulação peculiar exclusivo do mundo dos homens, uma forma particular de resposta ao mundo objetivo. Aqui, assimilaremos ser esse processo de acumulação a base ontológica do incessante acréscimo de novos conhecimentos acerca da natureza e da sociedade E, por meio desse processo de acumulação, os homens e as mulheres podem elevar a consciência do ser, do que de fato são, o que abre a possibilidade de um fato inédito: um ser que se reconheça na sua própria história.

Para o filósofo húngaro Lukács, existem três esferas ontológicas distintas: a esfera inorgânica, em que a essência é o incessante tornar-se outro; a esfera biológica, em que a essência é repor o mesmo da reprodução da vida, e o ser social que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de forma conscientemente orientada, teleologicamente posta. Há uma diferença entre o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social, uma distinção ontológica, ou seja, uma diferenciação nas suas formas concretas de ser. A processualidade social é distinta, no plano ontológico, dos processos naturais.

A reprodução do ser orgânico só é possível com a absoluta ausência de consciência. Enquanto que, no ser social, a consciência tem um papel fundamental, possibilitando que homens respondam de maneira sempre nova as novas situações postas pela vida, tendo em vista que, apenas uma processualidade muda, ou seja, que não pode elevar à consciência do seu eu em-si, pode promover uma constante reprodução do mesmo. De modo semelhante, entre o ser orgânico e o ser inorgânico, temos também uma distinção ontológica: o tornar-se outro do ser inorgânico é uma forma divergente de ser do repor-o-mesmo do ser orgânico. O ser inorgânico não se reproduz, enquanto que o ser orgânico só pode existir enquanto um permanente processo de reprodução de si mesmo (Lessa, 2016).

Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão minimamente articuladas. Sem a esfera inorgânica, não há vida e, sem a vida, não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que organiza as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida, e dela, o ser social. Esse processo evolutivo é responsável pelos traços de continuidade que faz a interação das três esferas entre si.

Para a ontologia de Lukács, isso é relevante, pois significa que o ser social pode existir e também se reproduzir apenas em uma contínua e indispensável articulação com a natureza, ou seja, há uma articulação efetiva entre ser social e natureza. Portanto a unidade última do ser não é destruída pela gênese e pelo desenvolvimento das três esferas ontológicas. Pelo contrário, com a gênese e o desenvolvimento da vida e do ser social, a articulação e unidade são mantidas em um nível mais elevado, ganhando, assim, novas matizes e se tornando mais rica e homogênea. Essa articulação ontológica se evidencia tanto no fato de a reprodução social requerer uma contínua e permanente troca orgânica com o mundo natural, como pelo fato de que, sem a natureza, não há como existir ser social.

Um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico que só pode evoluir tão somente sobre a base do ser inorgânico. A ciência já está descobrindo as formas preparatórias de transição de um tipo de ser a outro. Entre uma forma mais simples de ser (ainda que sejam numerosas as categorias que essa forma produz) e o surgimento real de uma forma mais complexa verifica-se sempre um salto. Essa forma complexa é algo qualitativamente novo.

É importante salientarmos que, se houvesse apenas uma interação entre as três esferas, resultaria apenas em um equilíbrio dinâmico estacionatário do processo, inviabilizando todo processo evolutivo. A dinâmica viva do ser social só foi possível devido a uma ruptura ontológica:

Entre a esfera orgânica e a esfera biológica há, portanto uma ruptura ontológica: são formas distintas de ser. E esta distinção é de tal ordem que uma não pode ser diretamente derivada da outra. O ser vivo apenas pode se transformar em ser inorgânico pela morte, que é o momento de destruição da vida. Por sua vez, as substâncias inorgânicas que compõem a

matéria orgânica se submetem às leis biológicas, isto é, se integram à reprodução biológica. O movimento objetivo das substâncias inorgânicas incorporadas aos processos biológicos resulta em que o mero tornar-se-outro da processualidade inorgânica passa a ser predominantemente determinado pelo repor-o-mesmo da produção biológica. O tornar-se outro inorgânico é tão-somente uma parte – não predominante – do processo biológico global. Sublinhemos: entre a esfera inorgânica e a vida há uma ruptura das formas de ser, há uma ruptura ontológica (LESSA, 2016, p.22, 23).

Consequentemente, todo salto implica numa mudança estrutural e qualitativa do ser. A essência do salto é uma ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento gradual de uma nova forma de ser. De outro modo, o salto diz respeito ao momento negativo de ruptura, negação da esfera ontológica anterior. É justamente esse momento negativo que compõe a essência do salto. No entanto, a explicação categorial do novo ser não se esgota no salto. É necessário um longo e contraditório processo de novas categorias e das novas relações que caracterizam a esfera nascente. Esse longo processo em que a positividade, ou seja, a afirmação do novo ser, contrasta com a negatividade do salto, é o processo de desenvolvimento do novo ser.

É correto afirmar que, entre o salto e o novo ser, há uma relação fundamental: sem o salto, o novo ser não pode se consolidar. No entanto, o salto não esgota, em si próprio, o novo ser. Este somente pode se explicitar por meio de uma processualidade evolutiva que, por sua própria essência, dá-se para além do salto enquanto tal. O ser só pode existir enquanto um resultado de um longo e complexo processo evolutivo que tem sua base no salto ontológico para fora da esfera inorgânica, contudo, não se esgota nele. No decorrer desse processo evolutivo, há momentos de saltos qualitativos que, de forma alguma, pode ser simplesmente reduzido ao salto originário.

Há ainda problemas sobre as determinações desse salto, todavia não podem ser resolvidas no campo da ontologia. Elas precisam de pesquisas específicas que pertencem ao campo da ciência. O que nos parece nítido é que um determinado nível de substâncias inorgânicas possibilitou, em um determinado momento da evolução do planeta, que algumas moléculas

passassem a reproduzir a si mesmas, originando a reprodução biológica e posteriormente ao desenvolvimento da vida. Algo já pode ser afirmado: não há qualquer mediação possível entre as esperas ontológicas e, por essa razão, a transição de uma para outra assume a forma de um salto ontológico.

De acordo com Lukács, o trabalho configura-se como uma premissa dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser, do ser social. Compreende-se que o trabalho é a forma originária do agir humano e que, todo ato de trabalho responde a uma necessidade. No entanto, há um momento determinante que antecede o ato de trabalhar: é o momento do planejamento que precede e dirige a ação, mais precisamente denominado de prévia-ideação, por meio da qual as consequências da ação são previstas na consciência, de tal forma que o resultado é idealizado antes mesmo que seja construído na prática. Para o filósofo húngaro,

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx é um resultado que no início do processo existia “já na representação doo trabalhador”, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1968, p. 5).

Talvez seja surpreendente que na delimitação materialista, entre o ser da natureza orgânica e o ser social, a consciência assuma um papel tão determinante. Contudo os complexos aqui emergentes, a liberdade e a necessidade só conseguem atingir um sentido verdadeiro quando se atribui, no plano ontológico, um papel ativo à consciência.

Nesse sentido, pode-se designar o homem que trabalha, ou seja, o animal que se torna homem por meio do trabalho, como um ser que dá respostas. Um ser que transforma em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de fazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento, cria e enriquece a sua própria atividade, essas mediações são supostamente um tanto articuladas. De forma que:

[...] não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico (LUKÁCS, 1968, p.6).

Com o trabalho, dar-se ao mesmo tempo, ontologicamente, a possibilidade do desenvolvimento dos homens que trabalham. Por esse motivo e antes de mais nada, porque se modifica a adaptação passiva, reativa, do mundo de forma consciente e ativa, o trabalho torna-se um fato no qual se expressa a nova particularidade do ser social, converte-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto. Nesse sentido, com o trabalho, o homem não é mais o mesmo, aumenta suas potencialidades e possibilidades resultando também e inclusive, numa transformação do mundo.

Durante toda a história da atividade humana, em sua contínua luta pela sobrevivência, pela humanidade, pela felicidade social e pelo bem estar, o trabalho tem sido fundamental. Já compreendendo que, sendo uma atividade essencialmente humana, foi através do trabalho que homens e mulheres puderam se distinguir das outras formas de vida dos animais, afastando as barreiras naturais. Vejamos a insigne distinção que Marx aponta entre o animal e o ser humano:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1988, p. 142, 143).

Em outras palavras, o ser humano não apenas executa uma transformação na forma da matéria natural; ele realiza, simultaneamente, na matéria natural seu objetivo, ou seja, o que diferencia “a melhor abelha do pior arquiteto” é a prévia ideação. Dessa forma, ao fim do processo de trabalho

obtém-se um resultado que, desde o início, já existia na imaginação do trabalhador. O processo de trabalho é, pois, a atividade orientada a um determinado fim para produzir valores de uso, transformando, assim, a natureza para satisfazer as necessidades materiais dos seres humanos.

Esse fazer humano fez a história do ser social um feito magnífico, rico, cheio de alternativas, desafios, avanços, retrocessos, caminhos e descaminhos. E assim, o trabalho tornou-se um momento de mediação sócio-metabólica entre homem e natureza.

Todavia o trabalho não transforma apenas a matéria natural por meio da ação dos sujeitos numa interação sócio-metabólica. Antes eles implica, sobretudo, uma interação no limite da própria sociedade, afetando os seres humanos e a sua organização. O trabalho que o sujeito despendia para transformar a natureza também transforma o próprio sujeito.

Nossa argumentação chega um ponto muito importante: compreendemos que o trabalho, tal como caracterizamos acima, só é realizado por sujeitos, membros de uma sociedade, que transformando a natureza para atender suas necessidades acaba por gerar também a riqueza social. Afirmamos ainda que o trabalho é também o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, ou seja, o ser social. Nesse sentido, entendemos que foi por meio do trabalho que a humanidade se constituiu tal qual conhecemos.

O surgimento do ser social é resultado de um processo numa escala de milhares de anos. Por meio desse, uma espécie natural, que não deixou de participar da natureza, modificou-se através do trabalho, em algo diferente da natureza. Contudo essa transformação deu-se à sua própria atividade: o trabalho.

Foi por intermédio do trabalho que os membros dessa espécie se transformaram em seres que, a partir de uma premissa material, desenvolveram características que os distinguiram da natureza. Diz respeito ao processo que, mediante o trabalho, os homens se autoproduziram como fruto de sua própria atividade. Portanto, tornando-se seres sociais para além da sua condição de um ser natural. Isso é o processo da história, em que, sem perder

sua condição natural, uma espécie da natureza se constituiu, por meio do processo histórico do trabalho, como uma espécie humana.

Neste sentido, a história apresenta-se como a história do desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento do ser social, como processo e humanização, por meio da sua atividade. Mas o homem, ao constituir-se como ser social, não pode eliminar sua condição natural, pois trata-se de algo ineliminável. O máximo possível é o afastamento das barreiras naturais. Quanto mais o homem se humaniza, tornando-se ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida. Segundo Lukács,

Quando Marx se refere a um constante “recuo dos limites naturais”, pretende indicar, por um lado, que a vida humana (e portanto social, jamais pode desvincular-se inteiramente de sua base em processos naturais; e, por outro, que – tanto no plano quantitativo quanto no qualitativo – diminui diminui constantemente o papel do elemento puramente natural, quer na produção quer nos produtos; ou, em outras palavras, todos os momentos decisivos da reprodução humana (basta pensar em aspectos naturais como a nutrição ou a sexualidade) acolhem em si, com intensidade cada vez maior, momentos sociais, pelos quais são constante e essencialmente transformados (LUKÁCS, 1968, p.14).

Vamos ao exemplo da fome. A fome é a sinalização de que o corpo precisa de alimentos para continuidade do seu funcionamento. Desse modo, a fome de um cão não se diferencia da fome de um ser humano. Contudo, a satisfação da fome humana é distinta da do animal. Um leão faminto, ao encontrar-se diante de um alimento, o ingerirá da forma tal qual ele o encontrar. Já a satisfação da fome de um ser humano implica em procedimentos de transformação de determinado alimento, como também implica em valores e rituais, ou seja, o ser humano só consome os insumos sob condições muito precisas e historicamente determinadas. Sem a satisfação da fome, homens e animais não podem sobreviver. Mas a compreensão dessa necessidade, entre homens, é estritamente social.

Assim, a cabo de um longo percurso histórico o ser social, desenvolvido e articulado tal como o conhecemos hoje, configura-se como um ser que, entre

os demais tipos de ser, se peculiariza pela sua capacidade de realizar-se material e imaterialmente, escolher entre alternativas reais, comunicar-se através da linguagem articulada, socializar-se entre outras. Em síntese, só ele dispõe da capacidade de projetar.

Partindo do ponto de diferenciação com a natureza marcada pelo surgimento do trabalho, o ser social constituiu-se historicamente pela ação dos homens. Desta feita, só se pode pensar no término do seu desenvolvimento se considerarmos válida a ideia do fim da história, o que só pode ser possível com a eliminação completa da vida de todos os seres humanos, pois o ser social e portanto a história só são possíveis mediante a existência humana. Em outras palavras, queremos dizer que o ser humano é um ser que está em constante movimento de evolução e transformação, isso é uma condição permanente enquanto tal.

Cabe aqui salientarmos que essa caracterização do ser social só se possibilitou devido um longo processo de desenvolvimento. Como sabemos, ele surgiu pela via do trabalho e sua evolução deu-se pela sua complexidade e diversificação. Mas a visibilidade do ser social, como diferente do ser natural, é relativamente recente. Essa visibilidade só se tornou possível a um pouco menos de três séculos, quando o modo de produção capitalista se estabeleceu como hegemônico no ocidente e assim consolidou o mercado mundial, que ocasionou a socialização de praticamente todos os grupos humanos existentes. Em concordância com Lukács:

O predomínio econômico do mercado mundial, que hoje se afirma cada vez mais fortemente, mostra que a humanidade já se unificou, pelo menos no sentido econômico geral. É verdade que tal unificação existe apenas como ser e ativação de princípios econômicos reais de unidade. Ela se realiza concretamente num mundo onde essa integração abre para a vida dos homens e dos povos os mais graves e áspersos conflitos (por exemplo: a questão dos negros nos Estados Unidos) (LUKÁCS, 1968, p. 15).

Nos encontramos diante de tendências importantes, decisivas, da mudança tanto externa quanto interna do ser social, através das quais esse

último a sua forma própria, ou seja, o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, passa por meio de um processo de transformação, de espécie animal que alcançou um determinado grau de desenvolvimento elevado, em gênero humano. Tudo isso é resultado de séries causais que surgem no conjunto da sociedade. O desenvolvimento é produto das atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento no sentido de uma teleologia qualquer; esse desenvolvimento destrói os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados. Por essa razão, o progresso econômico objetivo sempre aparece como novos conflitos sociais. É dessa forma que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, oposição de classe:

Nos inícios, o escravismo constitui um progresso em relação ao canibalismo; hoje, a generalização da alienação dos homens é um sintoma de fato de que o desenvolvimento econômico está para revolucionar a relação homem com o trabalho (LUKÁCS, 1968, p.15).

Tentamos mostrar até aqui o vínculo mais geral desse início genético da sociedade e da história com o seu próprio desenvolvimento e vemos que Marx consegue extrair todas as consequências do desenvolvimento histórico. Descobre que os homens se autocriam enquanto homens por meio do trabalho, mas que sua história até hoje foi apenas a pré-história da humanidade. A história de fato poderá começar, somente, com o comunismo, com o estágio superior ao socialismo. À vista disso, para Marx, o comunismo não é uma antecipação utópico-ideal de um estado de perfeição imaginada à qual se deve chegar, pelo contrário, é o início real das potencialidades essencialmente humanas que o desenvolvimento ocorrido até os dias de hoje suscitou, elevou, reduziu, possibilitou contraditoriamente a níveis superiores, enquanto significativas realizações da humanidade. Tudo isso é resultado dos próprios homens, resultado da atividades deles, produto do ser social.

Uma questão importante definida por Marx a ser explícita aqui é que, somente quando a humanidade estiver superado completamente qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.

Essa argumentação constitui uma recuperação dos fundamentos do trabalho para ajudar na discussão acerca do trabalho como mediação para o atendimento as necessidades. Cabe ainda destacar que, o trabalho assume características próprias de acordo com as determinações dos diferentes modos de produção. Nestes termos, não caberia uma recuperação histórica para descrever tais características, mas tão somente, sinalizar ao leitor que no modo de produção capitalista o trabalho, elemento fundante do ser social, assume as determinações do capitalismo, mesmo preservando sua condição ontológica.

1.2 Subsunção do trabalho ao capital: particularidades do trabalho na sociedade burguesa

Como vimos na sessão anterior, a função primeira do trabalho é transformar a natureza para satisfazer as necessidades dos seres humanos. No modo de produção capitalista, o processo de trabalho realiza-se sob forma mercantil, ou seja, perde-se o caráter social do trabalho. O capitalismo configura-se como um sistema que se sustenta pela exploração do trabalho pelo capital. Tal afirmação apoia-se nos estudos de Marx que dedicou sua vida a desvelar a sociedade do capital e sua dinâmica.

No regime capitalista de produção, pressupõe a generalização da produção com a finalidade da troca. Com a expansão desta, compreendida como expressão da diferenciação da divisão social do trabalho, ocorre também a separação dos produtores diretos de mercadorias dos seus meios de produção. O trabalhador dispõe não mais dos meios de produção, mas apenas da sua força de trabalho entendida como uma mercadoria a ser vendida no mercado, juntamente com as demais mercadorias, fruto do trabalho.

Marx (1988) identifica que, na modernidade, o trabalhador assalariado é alienado, despojado dos meios de produção e que essa alienação é motivada pela propriedade privada dos meios de produção. Essa concepção possibilitou a compreensão da sociedade a partir da máxima capital *versus* trabalho. Ainda que o capital, em última instância, não possa existir sem o trabalho, tendo em

vista que este é o único meio criador de valor, a cada momento de sua reprodução acaba destruindo o poder do trabalho, tanto material como criativo, subjugando-o às necessidades da acumulação capitalista.

Os trabalhadores carregam o peso da exploração de sua força de trabalho e conseqüentemente da produção da mais-valia que é a parte do trabalho excedente e não pago ao trabalhador que, na sociedade burguesa, aparece na forma mistificada de lucro. Dessa forma, a mais-valia é retirada do sobretrabalho, ou seja, para além do trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (surplus labour). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado (MARX, 1988, p. 168).

Marx vai demonstrar essa relação apontando os fatores constitutivos. Na concepção dele, a produção de mais-valia é a razão de ser da produção capitalista. Todavia, ela não aparece de forma evidente, visto que, na aparência, o capitalista paga o valor correto pela diária do trabalhador. Mas, na verdade, esse valor não é necessariamente pago, uma vez que o capitalista extrai horas de trabalho excedente que não são remuneradas ao trabalhador, possibilitando, assim, a extração de maior lucratividade.

O trabalho, enquanto substância deste modo de produção, tem, no capitalismo, uma condição indispensável: a exploração. E a partir da exploração, decorre a produção do pauperismo, expressão própria dessa lógica capitalista, que se caracteriza pela produção de riqueza ao mesmo tempo que se produz pobreza. Em outras palavras, o capitalismo, ao produzir tamanha

riqueza, sem precedentes na história da humanidade, produz, em polo contrário, extrema pobreza, distinta daquela produzida nas sociedades pré-capitalistas, cuja razão de ser advinha da escassez de meios de subsistência. Sem dúvidas, essa condição não é obra do acaso ou algo que ocorra eventualmente. Trata-se de algo racionalizado, articulado e com uma raiz estrutural.

1.3 O trabalho na era da acumulação flexível de capital

Consideramos importante expormos uma breve análise sobre a inerência das crises no modo de produção capitalista para que, de modo mais lúcido, possamos compreender a crise estrutural do capital iniciada em meados da década de 1970, considerada como marco inicial de uma crise *sistêmica*, cujo impulso à reorganização político-gerencial do capital é um dos principais efeitos.

O capitalismo não é um sistema estável. Ao observar o curso do capital, ao longo do processo de mundialização, temos possibilidades de identificar que o mesmo é afetado por crises econômicas e que a acumulação de capital está relacionada diretamente à contradição histórica entre capital e trabalho. Assim, o desenvolvimento do capitalismo é identificado por alternações entre períodos de progressos e retrocessos. Isso significa que a história desse sistema burguês é caracterizada pela sucessão de crises econômicas que se chocam nos próprios limites da forma de organização social capitalista (MANDEL, 1982).

Não queremos dizer que a dinâmica das crises não esteve presente em outros modos de produção anterior ao capitalismo. Contudo as crises, nesse sistema, mostram-se de modo muito particular. De acordo com Marx, a razão disso está no fato de que as crises, nas sociedades pré-capitalistas, distinguiram-se devido à insuficiente produção de valores de uso, derivadas de acidentes naturais ou sociais, a exemplo das guerras. Já, na sociedade burguesa, ocorre o processo inverso; há uma grande produção de valores de

uso, que vai de acordo com a contradição fundamental dessa sociabilidade: a produção é socializada enquanto que a distribuição é centralizada por uma minoria (dona dos meios de produção), causando dos polos opostos, riqueza de um lado, e miséria de outro.

Com o acúmulo teórico analítico pautado na tradição marxista, podemos compreender que há dois tipos distintos de crise: as cíclicas e as sistemáticas/estruturais. As crises cíclicas se configuram como fenômenos recorrentes na trama do modo de produção capitalista e, assim, compõe toda sua história. Já as crises sistemáticas/estruturais possuem uma abrangência muito maior, tendo em vista que elas ocorrem em períodos mais longos, desestruturam e constroem uma nova fase, isso porque representam a exaustão de um período de acumulação de capital.

O desenvolvimento do capitalismo é identificado por alternações entre períodos de progressos e retrocessos. Isso significa que a história desse sistema burguês é caracterizada pela sucessão de crises econômicas, inclusive, que explicam e se chocam com próprios limites da forma de organização social capitalista.

Não queremos dizer que a dinâmica das crises não esteve presente em outros modos de produção anteriores ao capitalismo. Contudo as crises, nesse sistema, mostram-se de modo muito particular. De acordo com Marx, a razão disso está no fato de que elas, nas sociedades pré-capitalistas, distinguiram-se devido à insuficiente produção de valores de uso, derivadas de acidentes naturais ou sociais, a exemplo das guerras. Já, na sociedade burguesa, ocorre o processo inverso, há uma grande produção de valores de uso, que vai de acordo com a contradição fundamental dessa sociabilidade: a produção é socializada enquanto que a distribuição é centralizada por uma minoria dona dos meios de produção. Mais precisamente:

Não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isso se evidencia,

os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação a produção (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção (NETTO; BRAZ, 2011, p.168).

Todo valor de troca criado na produção precisa ser realizado por meio da dinâmica de venda do mercado. As crises se instalam em larga medida quando a demanda é insuficiente e, em razão disso, os capitalistas contêm ou até mesmo suspendem o nível de produção, pois se as mercadorias não forem vendidas, não há como o capitalista obter seus lucros, considerando que, em linhas gerais, os lucros dos capitalistas dependem da extração da mais-valia e posteriormente da realização das mercadorias, do consumo das mesmas.

No que concerne a função essencial das crises no capitalismo, Marx já afirmava que a dinâmica das crises constituem os mecanismos que, o modo de produção capitalista renova, sempre em níveis mais instáveis e complexos, as condições necessárias para se manter vigente e, assim, ao atendimento da sua razão de ser: a lucratividade. Desta feita, compreender o movimento da economia capitalista significa visualizar as crises como mazelas próprias desse sistema, pois as elas servem como mecanismo de reestruturação do próprio capital, ou seja, o capitalismo é um sistema que produz tanto suas fases de depressão, como também cria meios para superá-las, buscando, na sua “renovação”, instrumentos para a acumulação de mais lucro.

É importante sabermos que o capital tem sobrevivido até os dias atuais, apesar de suas crises. Isso não significa que o capitalismo consiste no fim último da história, mas ele tende a converter crises que aparecem ser insuperáveis em limites que possam ser ultrapassados. E essa busca por superação é uma luta contínua para vigência desse sistema. Vejamos:

O capitalismo tem sobrevivido até agora apesar de muitas previsões sobre sua morte iminente. Esse êxito sugere que tem fluidez e flexibilidade suficiente para superar todos os seus limites, ainda que não, como a história das crises periódicas também demonstram, sem violentas correções. Marx propõe uma forma útil de olhar para isso em suas anotações, enfim

publicado sob o título *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, em 1941. Ele contrasta o ilimitado potencial de acumulação monetária (produção, troca, e consumo de mercadorias), por outro. O Capital não consegue tolerar tais limites, ele sugere. “cada limite aparece”, observa, “como uma barreira a ser superada. Há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas (HARVEY, 2011, p. 46).

O fluxo do capital através da produção demonstra seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser levadas em consideração e negociadas para que o capital possa reproduzir, são elas: capital inicial, sob a forma de dinheiro insuficiente; meios de produção inadequados incluindo os chamados “limites naturais”; escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; resistências ou ineficiências no processo de trabalho; falta de demanda pautada em dinheiro para pagamento do mercado; e por último tecnologias e formas organizacionais inadequadas. Um significativo bloqueio a qualquer um desses pontos estagna a continuidade do fluxo do capital, e ocorrendo isso a logo prazo, acaba criando uma crise devastadora do sistema (PINTO,2010).

A atenuação das bases objetivas e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais, quanto à concorrência e às crises, ocorreu durante a segunda metade do século XIX e no início do século XX, como fruto de alguns processos econômicos e políticos, dos quais vale atentarmos para dois: o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços significativos, como o parlamento, forçando a burguesia a reconhecer de forma legítima direitos de cidadania política e sociais, cada vez mais amplos para esse seguimento; o segundo processo diz respeito à concentração e à monopolização do capital, quebrando a utopia liberal do indivíduo orientado por sentimentos morais e empreendedor.

A partir daí, cada vez mais o mercado foi conduzido por grandes monopólios, e a criação de empresas passou a ficar dependente de uma grande quantidade de investimentos, dinheiro emprestado pelos bancos, que revelou, de fato, a fusão entre o capital bancário e o industrial e, com isso,

desenvolveu o capital financeiro. A concorrência intercapitalista entre grandes monopólios de base nacional ultrapassou suas fronteiras e se tornou um confronto aberto e selvagem nas duas grandes guerras mundiais. Entretanto, para além delas, existe um divisor importantíssimo que as elites começaram a levar em consideração: são os limites do mercado se deixando a mercê da suposta *mão invisível regulamentadora do comércio*: a crise de 1929-1932, período considerado como a grande depressão. Até aquele momento, foi considerada a maior crise econômica mundial, a qual começou no sistema financeiro americano e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes.

Com a crise, nasce a desconfiança de que pressupostos do liberalismo econômico clássico poderiam estar equivocados e daí se instaura uma grande crise econômica, com uma vasta escala de desemprego e também de legitimidade política do sistema capitalista. As políticas sociais se desenvolveram lentamente durante esse período, que se entendeu de 1914 até 1939, e se consolidaram efetivamente no início da expansão pós a Segunda Guerra Mundial, tendo como base a própria guerra e seguiu até fins da década de 1960, na passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio.

Mandel explica que a crise precisa ser entendida por dentro dos longos ciclos de expansão e depressão, superando a tendência dos economistas de organizarem as crises aos detonadores imediatos, que são, em geral, estimuladores de depressão, mas não sua razão. O período de expansão notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia e pela possível baixa dos preços de matérias primas. Essa situação tende a criar seus próprios obstáculos, pois, com a redução do exército industrial de reserva, tende a ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Tem-se uma generalização da revolução tecnológica, que se encontra na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse cenário, dar-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. Por consequência disso, tem-se uma estagnação do emprego bem como da produtividade.

Assim, configurou-se uma gigantesca abundância de capitais e uma escassez de lucro, ocasionando o desemprego abundante e o declínio do consumo. Dessa forma, a solução da crise de 1929 se dava na reativação de postos de trabalho e do consumo. O ponto mais importante desse período de crise promoveu uma incredulidade por parte da burguesia, quanto à autonomia do mercado. Seria insustentável para o capital enfrentar outra crise como a de 1929, levando em consideração que, naquele momento, estava se instaurando, como todos os limites, a experiência do socialismo na União Soviética.

Dessa conjuntura, constituiu-se um tipo de descrença por parte da burguesia, no liberalismo clássico, expressamente objetivada na “revolução keynesiana”, que se baseava num conjunto de medidas anticrise, com vistas na retomada do crescimento econômico, que combinou às intensas mudanças no âmbito da produção através do taylorismo/fordismo que, inclusive, se desenvolvia no pós-guerra, com um novo tipo de produto e processos produtivos e também por meio da indústria bélica, no momento da Guerra Fria. Façamos uma brevíssima vista sobre os “anos de ouro” do capitalismo como base para compreendemos os complexos da reestruturação produtiva.

O capitalismo tardio/maduro caracteriza-se pelos processos de monopolização de capitais, através da intervenção estatal na economia e no livre movimento do mercado e se desenvolveu após a crise de 1929-1932, pós Segunda Guerra Mundial. Com o keynesianismo, o Estado se tornou regulador e produtor, o que não significa uma defesa da democratização dos meios de produção ou abandono das propostas capitalistas. O Estado, a partir da visão keynesiana, tinha o papel de estabelecer o equilíbrio econômico, através de uma política fiscal, realizando investimentos que atuem nos períodos de depressão. Keynes pregou a economia de mercado e a liberdade individual, sob uma perspectiva que rompia com a lógica liberal da época. As intervenções do Estado tinham a proposta de um programa fundado sob dois pontos principais: o pleno emprego e a igualdade social, que puderam ser alcançados por duas vias: a promoção de empregos, por meio de serviços públicos, além dos privados, e o aumento da renda para diminuição da desigualdade, pela via dos serviços públicos, a exemplo das políticas sociais.

Somado ao keynesianismo, o fordismo, cuja finalidade principal era a produção em massa e, conseqüentemente, o consumo em massa, mostrou-se bem mais do que uma simples mudança técnica por meio da linha de montagem, ele foi, sobretudo, um instrumento de regulamentação das relações sociais, em determinadas condições políticas.

Dessa forma, o keynesianismo e o fordismo, associados, promoveram as bases do processo de acumulação acelerada do capital pós 1945, com forte expressão nas elevadas taxas de lucro, alto padrão de vida das massas do capitalismo central, e um grande avanço na mundialização do capital, sob a liderança da economia dos Estados Unidos, que sai da guerra com grande capacidade de investimentos, sem significativas perdas físicas e com ampla dominação militar.

Considerando o momento de “melhoria” nas condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em conexão com a proposta do pleno emprego keynesiano, deu-se um processo de enfraquecimento das lutas sociais, levando a crer na possibilidade de articulação de acumulação com equilíbrio das desigualdades sociais. Combinado a isso, com a descoberta dos crimes cometidos por Stálin na União Soviética, segmentos importantes da esquerda perderam sua identidade. Esse fato somado a capacidade regenerativa do capitalismo por meio do keynesianismo, formam o contexto dos “anos de ouro” da sociedade burguesa.

A estabilidade dessa organização produtiva manteve-se até a metade da década de 1970, momento em que o sistema sofreu as consequências de transformações de várias ordens, ocasionando na grande crise do capitalismo. Cabe estudá-las, buscando considerar o caráter de “sistematicidade” desse processo, ou seja, o fato de que as transformações econômicas e políticas são um conjunto de ações que se relacionam umas com as outras de forma mútua, e, dessa forma, seguem no sentido de criar condições estáveis no sistema das relações sociais capitalistas. Para ilustrar esse cenário de crise, vejamos:

Começando pela esfera da economia, no plano macroeconômico as contas externas da maioria dos países foram altamente desequilibradas em meio aos choques ocasionados pelo súbito aumento geral dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em 1973 e em 1979, bem como devido à sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, principalmente impostas pelos EUA a partir de então, como em 1978 e em 1985. Como decorrência desse quadro, iniciaram-se as primeiras grandes variações nas taxas de câmbio das economias nacionais, acentuando a internacionalização e o crescente volume de investimentos em capitais financeiros, que, por meio da tecnologia microeletrônica aplicada à informação, passaram a especular sobre essas flutuações cambiais (PINTO, 2010, p.44 apud HARVEY, 1992, pp. 149-152; TAVARES, 1992, pp.24-46; DEDECCA, 1998, pp. 164-167).

Essa instabilidade macroeconômica gerou uma enorme cautela em relação aos investimentos produtivos industriais que, desde então, vinham se enfraquecendo nos países de capitalismo central. Deu-se, portanto, a necessidade de reorganização das estratégias políticos-gerenciais para alcançar as taxas de lucro existentes antes de tal crise. Para isso, exigiam-se alguns requisitos, tais como: capacidade de produzir diversos modelos de produtos num curto período de tempo, mantendo-se em larga escala ou não; boa qualidade dos produtos, que reduziria inclusive gastos na produção devido ao baixo volume de retrabalho; baixos preços finais; entrega rápida e com controle de qualidade com vistas na utilização imediatas etc.

Essas necessidades colocaram em questão o sistema taylorista/fordista, cuja produção industrial estava vigente até então, e assim começa a instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível.

Nessa conjuntura, o capital gera novas formas de acumulação, em que sua máxima reside no sistema de organização toyotista, o chamado modelo japonês, do qual sua experiência não surge somente na década de 1970, como aparenta. Sua lógica de organização na empresa Toyota deu-se nos anos 1950. O que queremos mostrar aqui é que seu êxito, iniciado nos anos 1970, conseguiu ganhar expressividade na condição de resposta do

capital à crise. Referimo-nos a grande crise sistêmica na fase global do capitalismo tardio, cujas características são:

Dificuldades crescentes de valorização de capital (supercapitalização, superacumulação). O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos “lucrativos” desse capital na indústria de armamentos, na “indústria de proteção ao meio ambiente”, na “ajuda” a países estrangeiros, e obras de infra-estrutura (onde “lucrativo” significa tornando lucrativo por meio da garantia os subsídio do Estado (MANDEL, 1982, p. 340).

Desde a sua criação, o principal objetivo do modelo toyotista era fazer com que as empresas japonesas ficassem tão competitivas quanto às norte-americanas, diferenciando-se da rigidez do taylorismo/fordismo.

Entre o conjunto das características do toyotismo, destacamos a instalação do just-in-time e do kaban (PINTO, 2010), a produção em série e em larga escala, pautada na produção verticalizada, concentradores de grande quantidade de trabalhadores especializados, em sua maioria, semiqualeificados e subcontratados, acarretando consequências negativas às relações trabalhistas. Sinteticamente, em resposta a sua crise, Ricardo Antunes (2009) afirma que:

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009, p. 33).

Fundamental à reestruturação produtiva foi a aguda incorporação à produção de tecnologia, resultado dos avanços técnico-científicos, desencadeando o desenvolvimento das forças produtivas que diminui a necessidade de trabalho vivo. Outro fator que contribui para o aumento do desemprego refere-se às exigências postas à força de trabalho. Além da

necessidade de trabalhadores mais qualificados, faz-se necessário que eles tenham habilidade de operar várias atividades ao mesmo tempo, ou seja, os trabalhadores devem ser qualificados e polivalentes. Contudo, paralelamente a essas exigências ocorreu, o processo inverso, fato que releva mais uma expressão da flexibilização do trabalho. Muitas atividades laborativas são simplórias, de forma a empregar força de trabalho que pode ser substituída com facilidade a qualquer momento. Assim, uma parcela do conjunto dos trabalhadores encontra-se extremamente qualificada e consegue o mínimo de segurança no emprego, e uma grande parte de trabalhadores passa a ser precarizada.

No processo de autorecuperação do capital, o controle da força de trabalho se fazia necessária para que o capital conseguisse alcançar altos níveis de produção. Para isso, deram-se processos diferentes daqueles próprios do fordismo. No quadro do toyotismo, o capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores, utilizando o discurso de que a empresa é sua “casa”, e que esses trabalhadores devem manter ligados seu êxito pessoal ao êxito da empresa. O empenho por parte do capital é tanto que ele passa a referir-se aos trabalhadores não como empregados, mas como “colaboradores”. Nesse sentido, o intuito da empresa é fazer com que os trabalhadores tomem para si o ideário do capital, com vistas nos rebatimentos dessa incorporação na produção, ou seja, avanço da produção e consequentemente mais extração de lucro.

Todas as transformações implementadas pelo capital teve como principal objetivo reverter a queda da taxa de lucro e promover novas condições para exploração da força de trabalho. Entende-se, pois, que ambas caíram sobre os trabalhadores, desde a redução salarial à precarização do emprego. Aqui, vemos aspectos expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: o pleno emprego dos “anos de ouro” foi substituído pela defesa de formas precárias de trabalho, a exemplo dos serviços terceirizados. Nessa ofensiva, a flexibilização ou a desregulamentação das relações de trabalho são defendidas pelos capitalistas como “ampliação das oportunidades de emprego”,

afirmação desmistificada, tendo em vista que, nos países onde o trabalho foi flexibilizado, ocorreu simultaneamente, crescimento do desemprego.

A concentração do poder econômico levou e está levando uma grande concentração de poder político, característica do capitalismo monopolista. A burguesia orgânica do grande capital exercita sua política tomando decisões que afetam a vida de bilhões de pessoas, sem qualquer participação dos mesmos. A política adotada pela elite, notadamente, a partir da década de 1970, passou a operar-se também por meio de instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, entre outros. Nesse sentido, além de seus próprios dispositivos, o Capital vem se instrumentalizando a ação dessas instituições para implementar as medidas que lhes são conveniente. O poder desses órgãos sob os países de economia periférica é gigantesco, permite-lhes impelir tanto orientações macroeconômicas quando microeconômicas.

São crescentes os exemplos de países excluídos do processo de reposição dos capitais produtivos e financeiros, como também do padrão de tecnologias necessárias, o que gera repercussões profundas nesses países, particularmente, relativo à precarização da força de trabalho humana e ao desemprego.

A lógica destrutiva do Capital, ao reorganizar a divisão internacional do sistema, traz como resposta a desmostagem geográfica, regiões inteiras que estão sendo eliminadas do cenário industrial e produtivo, ocasionadas pela desigual concorrência mundial. Estamos de acordo com Ricardo Antunes quando ele afirma que

[...] em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países de centro do sistema,

uma política de prolongamento da jornada de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 35-36).

Assim, pela lógica do próprio sistema, quanto mais acirrada se faz a concorrência intercapitalista, mais destrutivas são suas consequências, das quais duas delas se expressam de forma mais preocupante: a precarização da força de trabalho e a degradação do meio ambiente, na relação metabólica entre homem e natureza, voltada prioritariamente à lógica de acumulação de capitais. O capital, ao se utilizar de tecnologias visando o aumento da produtividade de mercadorias, também “necessariamente” implica em crises, pobreza, desemprego estrutural, exploração, degradação ambiental, entre tantas outras formas destrutivas. Esses são traços constitutivos da reestruturação produtiva que permanecem até os dias atuais.

Vemos como o Estado assume um papel extremamente significativo no capitalismo tardio, deveras um facilitador para o mercado em escala global. Existem outras características importantes que marcam o capitalismo na fase atual, como o acirramento da concorrência intercapitalistas, a susceptibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas, a flexibilização ainda maior do trabalho, a diminuição da força de trabalho em relação às máquinas e o esforço de despolitização da classe trabalhadora.

Pela lógica do próprio sistema, quanto mais acirrada se faz a concorrência intercapitalistas, mais destrutivas são suas consequências, das quais, para nós, duas delas se expressam de forma mais preocupante: a precarização da força de trabalho e a degradação do meio ambiente (muito embora o discurso oficial, por parte do grande capital, seja o da preservação ambiental) na relação metabólica entre homem e natureza, voltada prioritariamente à lógica de acumulação de capitais. O capital ao se utilizar de tecnologias visando o aumento da produtividade de mercadorias também “necessariamente” implica em crises, pobreza, desemprego estrutural, exploração, degradação ambiental, entre tantas outras formas destrutivas. Esses são traços constitutivos da reestruturação produtiva os quais permanecem até os dias atuais

Chegamos, portanto, ao ponto principal do nosso estudo: a exploração do trabalho como condição essencial do modo de produção capitalista. Essa argumentação servirá de base para compreendermos os complexos que permeiam as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo. Nos próximos capítulos, nos dedicaremos mais à análise desse âmbito da produção, sua dinâmica no capitalismo periférico brasileiro, bem como seus desmembramentos.

2 CAPÍTULO: CAPITALISMO PERIFÉRICO E A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA AO CAPITAL

2.1. Capitalismo periférico e industrialização tardia no Brasil

Nessa sessão apresentaremos alguns aspectos particulares da formação social brasileira, compreendendo-os como indispensáveis à apreensão da dinâmica do âmbito agrário e, de maneira particular, do trabalho no corte da cana-de-açúcar. Além disso, situamos nosso objeto de estudo a partir das determinações do tempo presente, que ganha novas expressões a partir da crise do capital dos anos 1970.

Como afirma Bezerra e Tavares (2016) O atual estágio do desenvolvimento capitalista, sob o predomínio do capital financeiro, articula práticas passado e do presente. No que se refere ao trabalho, ao tempo que as forças produtivas atingem um nível superior de desenvolvimento, formas de exploração específicas dos séculos anteriores se mostram como respostas à lógica contemporânea de acumulação. A exploração do trabalho dos cortadores da cana-de-açúcar, é expressão concreta das relações sociais de produção de reprodução presente entre nós contraditoriamente entre o “moderno e arcaico”. Refere-se a uma atividade que traz consigo o peso de uma exploração abusiva.

No Brasil, essa característica articula-se a centralidade assumida pela agricultura desde o início da colonização, já que a mesma era a base da economia mais ampla e estável às exigências do mercado internacional. A partir daí, desenvolveu-se no Brasil uma economia voltada para fora (PRADO JR, 1979). Essa característica acompanha os momentos mais relevantes da nossa formação econômica e social.

A nível global, o desenvolvimento do modo de produção vigente não ocorreu de modo uniforme. A inegável habilidade da classe burguesa em tornar-se mundialmente dominante, na sua feroz sede por trabalho excedente, tem ignorado as particularidades da formação social de regiões e países, a exemplo do Brasil, cujo capitalismo tardio na busca por acumulação penaliza

ainda mais o trabalho. A compreensão dos traços particulares da formação histórico-social brasileira requer que se conheça a organização da produção, a conformação das classes sociais, a feição assumida pelo Estado e o caldo político e cultural disseminado pelas elites dominantes.

As condições históricas da emergência burguesa no Brasil são categoricamente distintas das chamadas “burguesias conquistadoras”, àquelas que moldaram as relações sociais de produção e reprodução ao seu jeito a partir de um processo revolucionário. Segundo Florestan Fernandes (2005), a “Revolução Burguesa” no Brasil constitui um episódio histórico com características específicas: surge nas entranhas da sociedade brasileira, forjando-se no plano estrutural de modo excessivamente subalterno.

A Revolução burguesa significou um conjunto de transformações econômicas, sociais, tecnológicas, psicoculturais e políticas que só é capaz de realizar-se quando o desenvolvimento capitalista atinge o ponto mais alto de sua evolução industrial. Há, todavia, um ponto de partida e um ponto de chegada e é difícil localizar-se no momento em que essa revolução alcança um nível histórico irreversível de maturidade e ao mesmo tempo de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. A situação brasileira no final do Império e do início da República, por exemplo, contém o mínimo dessas duas características. O que se poderia entender como “crise do poder oligárquico”, não significou propriamente uma derrocada, configura-se na verdade como o início de uma transição, que iniciava ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma restauração das estruturas de poder, em que se configuraria, historicamente, o poder e a dominação burguesa. Essa recuperação marca o início da modernidade no Brasil e separa a era senhorial (antigo regime) da era burguesa (FERNANDES, 2005).

É importante destacarmos que essa mudança não significou a perda do poder antes alcançado por parte da oligarquia como aristocracia agrária. Ela encontrou condições positivas para enfrentar essa transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável e irradiando-se pelo surgimento das novas oportunidades, onde isso fosse possível. De acordo com Florestan Fernandes:

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela assume o papel da *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quanto do 'adiantamento' das populações (FERNANDES, 20105, p. 240-241).

Por essa razão, não era somente a hegemonia oligárquica que fluidificava o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia, incluindo-se nela as oligarquias, conformaram-se à situação segundo uma linha de interesses e de adaptações ambíguas preferindo a mudança gradual a uma modernização súbita e intransigente. No mais, ela se desenvolvia no meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, tendo em vista que a Abolição e a universalização do trabalho livre levaram a descolonização ao centro da economia da sociedade. Sem qualquer intervenção violenta, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nos centros de expansão econômicos e sua vontade política ia mais no sentido de amortecer a mudança social espontânea que no rumo oposto, de aprofundá-la ou estendê-la as zonas rurais e urbanas mais ou menos conservadoras.

Cumpramos não esquecer que o grosso da burguesia vinha de um mundo estritamente provinciano, essencialmente rural (qualquer que fosse sua localização ou tipo de atividade econômica) e que vivesse no campo ou na cidade sofrera forte influência, atração e socialização pela oligarquia. Podia discordar ou até se opor a oligarquia, mas sempre dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particulares e de um conservadorismo político, social e cultural.

Podemos perceber que, diferentemente do caso francês, cuja burguesia se firmava de forma mais amadurecida ideologicamente (pois pôs abaixo seus entraves para o seu desenvolvimento em aliança com o campesinato, com a pequena burguesia e com as classes populares urbanas, dando espaço para uma ampla organização e participação das massas) o caso brasileiro não foi

resultado de um confronto direto. Aqui a “revolução burguesa” deu-se de forma lenta, sem rupturas de caráter de fato revolucionário semelhante ao que Lênin (1977) denomina de “via prussiana”, em que o contrário do ocorre na “via clássica”, abandonou sua trilha histórica de ruptura com o feudalismo. Antônio Carlos Mazzeo denomina o quadro do desenvolvimento brasileiro de via “prussiano-colonial” e afirma que:

Comparando-se como a ‘via prussiana’, entendemos que no Brasil o sentido da Independência é que, parafraseando Lukács, também o sentido da articulação ‘pelo alto’ apresenta uma aparência de exterioridade desconexa de sua real interioridade. No entanto, se na ‘via prussiana’ o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde ‘capitalista verdadeiro’, na ‘via prussiano-colonial’, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto ‘elo débil’ do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico (MAZZEO, 1997, p.125).

Sob tal ponto de vista, entendemos o verdadeiro espectro do processo emancipatório brasileiro: um caráter de arranjo político, que nos permite dizer que a Independência assemelha-se mais a contrarrevolução do que à uma revolução propriamente dita.

Vale atentarmos para o fato de que a Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas nações”: uma que se incorporava a ordem cível, composta por uma rala minoria que de fato construía uma “nação de iguais” e outra que estava dela excluída, parcial ou totalmente, composta pela grande maioria que constituía a “nação real”. Em concordância com Florestam Fernandes:

As representações ideais da burguesia da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa

identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910, em São Paulo, como puras 'questões de polícia'; ou, quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas) (FERNANDES, 2005, p.242).

Nesse sentido, ficamos diante de uma burguesia cujo espírito modernizador era mínimo, e que tendia a circunscrever a modernização ao setor empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do seu crescimento. Saía desses limites como meio, não como fim, para demonstrar sua civilidade. Nunca para revolucionar a nação de alto a baixo.

A transição do século XIX para o século XX e todo o processo de industrialização que se deu até os anos de 1930 fazem parte da evolução interna de um capitalismo mais competitivo. O principal fator desse desenvolvimento consistia no esquema de exportação e de importação, montada sobre a base da economia neocolonial. A influência modernizadora internacional se ampliara, mas ela se esgotava dentro das fronteiras de difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia competitiva capitalista significativa. Ir além disso representaria um risco: despertar ao homem nativo o sonho de independência e de revolução nacional, que entrariam em choque com a dominação externa.

A modernização que vinha de fora, e era inegavelmente considerável, morria antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário capaz de transformar a modernização econômica numa base de salto histórico de maior proporção. A convergência de interesses burgueses nacionais e internacionais fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade política e econômica, sendo esta vista como um componente fundamental para o tipo de crescimento econômico que ambos desejavam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites.

Assim, a dominação burguesa se aliava a procedimentos autocráticos herdados do passado ou compostos de forma improvisada no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos

alternativos instituídos para além de sua existência legal (pois eles eram socialmente inoperantes).

No Brasil, os processos de participação popular e de base social foram historicamente recusados em detrimento de “acordos pelo alto”, de decisões “de cima para baixo”, revelando o caráter autocrático do Estado burguês aqui emergido (MAZZEO, 1997). Desse modo, a burguesia consolidada no Brasil possui uma natureza fundamentalmente anti-nacional, anti-democrática e anti-social. É possível afirmar que as elites dominantes no país sempre tentaram, a qualquer preço, dificultar a organização política das classes subalternas, inclusive no plano da formalidade e da legalidade. O “perfil burguês” do Brasil possui, assim, sérios problemas com princípios democráticos – entendidos, aqui, na condição de valores universais, como sustenta Coutinho (2007). Não à toa, o autoritarismo exacerbado funciona como recurso em determinados momentos históricos que, em geral, coincidem com momentos de ascensão nas lutas de massa.

A Revolução de 1930 marcou o fim de um ciclo e o começo de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da base urbano-industrial. Para Francisco de Oliveira:

[...] a nova correlação de forças sociais, a formulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadora e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2013, p.35).

Em outras palavras, tratava-se de instaurar um novo modo de acumulação qualitativa e quantitativamente distinto, que dependeria essencialmente de uma realização parcial interna crescente. O fim das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava imediatamente penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente destinados para a produção com destino externo. No entanto:

[...] Os dinamismos da economia capitalista mundial impuseram, de fora para dentro o seu próprio tempo histórico, com seus momentos de verdade e de decisão. O que determinou a transição não foi a 'vontade revolucionária' da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a parte de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação como imperialismo (FERNANDES, 2005, p. 253).

Ou seja, o motivo principal que determinou a mudança na economia brasileira, não foi simplesmente a vontade da burguesia nem tão pouco o desenvolvimento do mercado nacional sobre uma possível revolução interna. Foi a dinâmica do capitalismo a nível global que impôs essas mudanças ao mercado brasileiro.

Uma nação que parecia preparar-se para a Revolução Burguesa, segundo o modelo clássico, isto é, segundo o modelo francês de revolução nacional democrática (FERNANDES, 2005), colocou-se subitamente pelo que se pode chamar de revolução institucional, um novo patamar histórico. À vista disso, a intervenção do Estado na esfera econômica cumpriu o papel de:

[...] criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter 'planificador', ao modo do Estado inglês que editava tanto o *poor law* como o *cereal act*, isto é, no trânsito, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se *inclinava naturalmente*, criando e recriando as condições de um novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituíam-se os preços do 'velho mercado' por 'preços sociais', cuja função é permitir a consolidação do 'novo mercado', isto é até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelo novos parâmetros, que serão o novo leito do rio (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

O capitalismo monopolista já estava inscrito, é verdade, e dispunha de uma irradiação interna que vem de fins do século XIX e do começo do século XX. Todavia, a mudança da base de decisões foi de forma súbita, respondendo aos efeitos econômicos, sociais, culturais e políticos dessa transição.

Outra característica da formação social brasileira é o caráter escravista, a “ideologia do favor” surge como um instrumento de dominação, só que num patamar mais elevado, isto é, o da diluição social junto aos elementos livres ou semelivres. É para esses homens livres que o favor funcionava com o que podemos chamar de semelucro, uma relação que se dava como caricatura do universalismo burguês. Como síntese:

Pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo, e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os dois primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e os seus bens dependem materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura, o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se produz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que tem. [...] Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força (MAZZEO, 1997, p. 127 apud SCHWARZ 1997).

Vemos assim que a base real da formação social escravista do Brasil não permitiu o liberalismo e a revolução em suas configurações clássicas. Essa peculiaridade expressada por tal concretude, não deixaria de gerar um Estado burguês. Um aparelho estatal que se utilizava de favores deletérios, para manter intacta sua estrutura com as massas sempre longe do cenário político. Isso se constitui como elemento fundamental era a preservação da estrutura econômica colonial do país e se suas relações sociais.

Outro fenômeno ocorrido no Brasil foi o fenômeno bonapartista. Em sua forma clássica francesa (também ocorreu na Alemanha, mas assumiu características diferenciadas do caso francês) configurou-se como um processo

histórico marcado pelo autoritarismo, mas com franco apoio a burguesia e ao desenvolvimento industrial. Em linhas gerais o bonapartismo significava:

Uma forma de governo que surge do caráter contra-revolucionário da burguesia, nas condições de transformações democráticas e de uma revolução democrática. Apresenta-se como um poder 'imparcial', por cima das contradições de classes (MAZZEO, 1997, p.132).

No entanto, sua autonomia e neutralidade são, na verdade, mais aparentes que reais. Pretende ser um poder imparcial e representante de várias ou todas as classes. Mas o bonapartismo surge e funciona a partir de uma determinada ordem social que na sua essência não pretende modificar a ordem posta, mas tão somente, estabilizar e consolidar. Assim, atua verdadeiramente como das classes e frações hegemônicas dominantes.

O bonapartismo à brasileira surgiu num momento em que a burguesia agrária viveu uma experiência mais parlamentarista. Foi por isso mesmo, um período de muitos conflitos, onde as revoltas populares e os movimentos políticos radicalizados das chamadas “camadas médias” urbanas demonstraram que o perigo que os movimentos populares representavam. Tivemos no Brasil a eclosão de lutas entre as várias frações da burguesia agrária, os movimentos populares e rurais, e ainda, os embates com os setores radicalizados da burguesia urbana.

Tanto na França quanto na Alemanha o bonapartismo assumiu formas diferenciadas do modelo brasileiro. A grande diferença entre essas várias ocorrências do mesmo processo – e esse é o aspecto principal – consiste em:

Nos casos francês e alemão ele garantiu pleno desenvolvimento burguês e das forças produtivas, propiciando a consolidação dos capitalismos nacionais não subordinados; no Brasil o bonapartismo mantém a estrutura escravista de produção, continuidade da economia colonial, caracterizando a não-ruptura com o atraso econômico e social, assim como a debilidade de sua burguesia. A conciliação, dessa forma, direciona-se à subsunção. Concilia-se com o arcaísmo, com

um todo, tanto nas relações de produção como nas relações sociais e concilia-se com a Inglaterra, a nova 'metrópole', posta nos moldes modernos do capitalismo industrial (MAZZEO, 1997, p.133).

Portanto, compreendemos que a modernização do Brasil, com vistas no contexto do capitalismo mundial, realizou-se com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, uma vez que a burguesia agroexportadora articulou-se com a burguesia britânica. Dissemelhante do processo bonapartista clássico, houve, no processo brasileiro, não apenas uma conciliação com a estrutura produtiva colonial, mas também uma conciliação onde a burguesia brasileira abriu mão do seu poder econômico para manter o poder político que terá sua autonomia impostas pelos países de capitalismo central e pelo mercado estrangeiro. Nesse sentido, é correto denominar, o caso brasileiro, de bonapartismo colonial (MAZZEO, 1997) pois, traduz o aspecto do fundamento autocrático dominante, tecido ontologicamente pela formação particular brasileira.

O bonapartismo colonial surgiu, desse modo, como um elemento de consolidação política de uma sociedade demasiadamente autocrática, comandada por uma burguesia frágil e subordinada aos países do centro do capitalismo, para a qual a sociedade civil se restringe aos que detêm poder econômico, e as massas proletárias constituem a ameaça constante aos interesses de classes. Assim, Estado brasileiro proveu uma política manipuladora e distante das classes populares. Apesar disso, as classes subalternas não deixaram, em momento algum, de se organizar coletivamente. Vários são os exemplos de lutas e resistência que escrevem a história dos povos indígenas, negros, escravos, operários, camponeses, estudantes e etc.

Esse conjunto de particularidades permite entender melhor, a partir da história, o lugar que se insere o universo canavieiro e seus trabalhadores. Nos dias atuais, o presente permanece lançando luz sobre o passado. É o que veremos adiante.

2.2 Agroindústria canavieira no Brasil: relações e contradições

O início da produção industrial no Brasil, em fins do século XIX, juntamente com o crescimento da força de trabalho remunerada, regulou o processo de acúmulo de riqueza em razão do processo de internacionalização do capital e dos investimentos estrangeiros, dando início à construção de linhas férreas, desencadeando o aumento das possibilidades monetárias, tendo como um dos principais resultados a intensificação na produção de cana-de-açúcar (FURTADO, 1986).

O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no Brasil abriu espaço para novas conquistas referente ao mercado exportador, reestruturando a economia e renovando a concorrência no comércio gerando maior competitividade ao açúcar diante do mercado mundial da época, deixando também sua disputa aquecida no âmbito econômico nacional, fator que multiplicou sua produção.

Podemos considerar o cenário econômico brasileiro como sujeito a diversas transformações, principalmente em relação ao agronegócio. As bases fundamentais para economia passaram por diversas metamorfoses. Os diferentes processos pelos quais a produção de cana-de-açúcar percorreram desde o período colonial até os dias atuais, revela a importância da demanda mundial por açúcar e por álcool.

Conforme Jatobá (1985), no século XX, mais precisamente durante os anos 1950 e 1975 a produção de cana-de-açúcar foi bastante volúvel em relação a constantes transformações na sua produção. É, pois, no estado de São Paulo e no Nordeste brasileiro que se concentrava o maior índice de produção canavieira do Brasil. Alguns estados do Nordeste como Bahia e Sergipe, ocorreu diminuição no cultivo de cana, ao mesmo tempo que em outros como Pernambuco, Alagoas e Paraíba houve aumento de produção. Desta feita, vemos que no nordeste deu-se uma relativa estabilidade mesmo as oscilações entre os estados nordestinos.

Nos anos 1960, pode-se considerar o momento de maior transformação na economia açucareira. No Brasil, havia uma divisão da produção, na qual o estado de São Paulo passou a liderar a produção nacional de cana-de-açúcar, voltada principalmente para suprir a demanda interna do país, enquanto que no Nordeste a produção se voltava predominantemente para o mercado externo.

Em 1961 tivemos um cenário que desencadeou um avanço da produção e exportação do açúcar. Em decorrência da Revolução Cubana e do embargo econômico dos Estados Unidos, Cuba deixou de exportar açúcar para o mercado americano. Por esta razão, o Nordeste brasileiro passou a suprir essa demanda. Assim, a economia dos EUA voltou-se para o mercado brasileiro como propósito de manter relações de necessidade e dependência visando relações estáveis entre os mercados de ambos os países.

No entanto, a elevação no índice de produtividade de cana no Brasil foi em certa medida ponderada, devido o país já se encontrar sob o Regime Militar. Também devemos levar em consideração os baixos preços impostos pelo comércio estrangeiro, dado que o aviltamento do açúcar prejudicava significativamente a economia nacional, que só conseguiu estabilização em 1967, quando o governo passa a estimular a capacidade instalada como também investir capital na indústria. Já na década de 1970, o valor do açúcar era instável, havia uma grande inconstância do seu preço entre o mercado interno e externo, neste último, o custo do açúcar deu-se mais elevado, resultando em alguns atritos entre usineiros e plantadores. Além disso, a iniciativa do governo que buscou instigar a produção na indústria canavieira, incentivando a melhor utilização das áreas de cultivo, abriu possibilidades para a dissolução e realocização das usinas. Estes fatores foram responsáveis pelo o crescimento do cultivo de cana-de-açúcar, principalmente na região Nordeste, pois com essas medidas as pequenas usinas foram reconfiguradas de modo a serem reunidas com o objetivo da expansão produtiva (JATOBÁ et al., 1985).

As mudanças acometidas no cenário econômico brasileiro com a produção de cana-de-açúcar não modificou apenas a dinâmica do mercado

nacional. Desenvolveram-se gradativa e consequentemente alterações nas relações de trabalho desse setor.

Desde a sua gênese, a força de trabalho no campo sofreu alterações bastante significativas. Começando pela atividade dos trabalhadores familiares até chegar aos trabalhadores contratados por tempo determinado, o capital, estrategicamente, fez com que essas mudanças acarretassem predominantemente benefícios para a indústria, mesmo quando essas modificações se justificavam como benefícios para os trabalhadores.

A contratação de trabalhadores por tempo limitado, revela o demasiado grau de flexibilização e exploração do trabalho. Nessa nova forma de organização trabalhista a atividade familiar decai em grande medida, pois é mais importante para a usina empregar força de trabalho individual, pois a quantidade de dias de trabalho dos trabalhadores familiares é bem menor do que dos trabalhadores individuais. Esse fato expressou a primeira face da exploração do trabalho no campo, que posteriormente levou trabalhadores a verdadeira escravização, ocasionando o total esgotamento de suas condições físicas. Todavia, os conflitos que permeiam a constituição da força de trabalho no campo, bem como a sua demasiada exploração, iremos tratar um pouco mais adiante.

Nos anos 1970 deu-se a grande crise do capital (MÉSZÁROS, 2009), cujo impulso à reorganização da dinâmica política-gerencial do capitalismo é uma de suas principais marcas. Em meados da dessa década, mais precisamente nos anos 1975, registra-se um momento importante na história do desenvolvimento agrário brasileiro, ocorreu o surgimento do Programa nacional do álcool (Proálcool) viabilizado pelo Decreto nº 76.593, tendo como principal objetivo a substituição de combustíveis derivados do petróleo por combustíveis de origem natural, defendida pelo governo como uma solução viável para o país. Na verdade, ao contrário do que foi alegado pelo governo, o surgimento desse programa materializou - por meio do financiamento, fortalecimento de créditos – o estreitamento dos laços do Estado brasileiro com os empresários do açúcar e do álcool. Nesse sentido, o PROÁLCOOL é o

grande propulsor do cultivo de cana-de-açúcar pela via da monocultura no Brasil (SAN'TANA, 2012).

De acordo com San'tAna (2012, p.23) “o Pró-Álcool viabilizou o processo de modernização do setor canavieiro sem destruir as bases latifundiárias da estrutura agrária brasileira”. Mundialmente, esse fato pode ser considerado como um reflexo da “revolução verde”, que desenvolve novas técnicas de produção agrária. É importante ressaltarmos que este fato está no quadro das bases da monopolização da economia que o Estado se propunha a regular.

Na chegada de 1990 com o petróleo em baixa e a inflação alta, a manutenção do Pró-Álcool tornou-se insustentável. A desinstalação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), instituição que controlava os preços do setor e administrava a destinação do álcool para Petrobras, configura-se como um marco do fim do programa. Contudo, a predominância dos setores mais desenvolvidos do ponto de vista tecnológico hegemônico na região Sudeste efetiva-se como a polarização do setor (SAN'TANA, 2012).

Houve diversas mudanças ao longo da história brasileira em relação ao Estado e a indústria do açúcar. Todavia, os laços históricos destes com a classe dominante se manteve assegurados. Ainda em concordância com essa autora:

O Estado deixa o setor mais livre de regulamentações e com isso, permite o acirramento das disputas entre os grupos e facilita a entrada de capitais internacionais, num contexto geral do processo de internacionalização do país que já estava em curso há muito tempo [...] (SAN'TANA, 2012, p. 28).

Podemos observar como o Estado tornou viável as ações dos grupos internacionais, que na linguagem do capital denominam-se de *trading*, *joint ventures*, denominações que caracterizam novas formas de gestão e circulação do capital com ênfase no mercado financeiro, ao mesmo tempo que se colocou em apoio ao setor agroindustrial.

A chegada do século XXI marca um novo momento de crescimento da produção de cana-de-açúcar voltada para produção de etanol. Essa nova fase da ascensão do açúcar foi impulsionada por fatores internos e externos que influenciaram também no crescimento da produção de álcool, como por exemplo: a busca por fontes de energias renováveis, a inconstância e a elevação do preço do petróleo que é motivada por uma conjuntura conflituosa no Oriente Médio, o aumento na demanda de álcool impulsionada por meio da produção de veículos com tecnologia flex – veículos desenvolvidos com a capacidade de utilização de mais de um tipo de combustível, o mais propício seria o uso do etanol –, questões ambientais etc. Percebia-se a partir daí uma nova estratégia do fortalecimento do agronegócio, não só apoiada como também incentivada pelo Estado como modelo econômico agroindustrial, ou melhor, modelo ideológico suficientemente poderoso para esconder a imagem da agricultura capitalista brasileira historicamente alicerçada na exploração do trabalho do homem, nos latifúndios e na concentração de capital e de renda (LIMA, 2013).

O ciclo expansivo do setor canavieiro nos anos 2000 deu-se por consequência do discurso incorporado pelo Estado, ante o mercado mundial, de que o etanol promovia uma energia limpa e renovável, revelando-se como uma boa alternativa em relações aos combustíveis derivados do petróleo. Pouco se divulga, no entanto, as consequências sociais do crescimento dessa monocultura, que evidentemente recaia (e ainda recaem) sobre os trabalhadores.

Outra questão importante diz respeito ao acordo contratual de obsequiar terras indígenas e de Reforma Agrária para à ampliação da produção de cana, fato que expressa de forma engenhosa as estratégia de obter espaço territorial por parte do agronegócio visando aumento de produção. Evaldo Carlos de Lima aponta que:

A dinâmica geográfica em curso admite tratar esses espaços como novas territorialidades do capital sucroalcooleiro na sua investida produtiva, visando ao aumento da produção ampliando áreas de cultivo de cana-de-açúcar e/ou

intensificando a produtividade por meio de arranjos tecnológicos e da ampliação da exploração do trabalho. Este arranjo territorial e produtivo do capital sucroalcooleiro nos permite refletir sobre as “novas” formas do trabalho e suas relações no mundo dos canaviais (LIMA, 2013, p. 23).

Consideramos, diante dessas constatações que o capital vem inovando suas investidas no setor sucroalcooleiro para o crescimento da produção de cana-de-açúcar. Mas a exploração de terras indígenas destinadas à Reforma Agrária não são as únicas formas contemporâneas que o agronegócio encontrou para expandir os canaviais. O investimento em tecnologia por meio da mecanização no campo é um dos principais meios de extração de lucro.

O progresso científico tão notabilizado pelos defensores do mercado, que se verifica na agroindústria canavieira, não implica necessariamente em avanços reais nas condições de vida dos cortadores da cana. Bezerra e Tavares, (2016) apontam que:

Mais máquinas e mais exploração andam lado a lado. A conjunção entre ambas não é, de fato, um acidente de trajeto; ao contrário, explica-se na e pela história. Há uma tensa relação de unidade na proporção em que, na dinâmica atual do capitalismo, aprofunda-se a combinação entre mais-valia absoluta e a mais-valia relativa para ampliar a taxa de lucro, em particular nas conjunturas de crise (BEZERRA; TAVARES, 2016, s/d).

Assim, vemos que a tecnologia não muda apenas as condições de trabalho dos cortadores; ela implica diretamente nas condições de subsistência desses trabalhadores gerando adoecimento e pobreza. Em contra partida, há um aumento da produtividade e, conseqüentemente, crescimento de capital. Como diria Marx (1988) é uma realidade o desenvolvimento e a pobreza andarem de mãos dadas, marcas de um capitalismo que, ao mesmo tempo produz riqueza, produz miséria, miséria material do trabalhador, mas, principalmente, miséria humana.

Como sabemos, no sistema capitalista há crises econômicas que refletem no modo de como se vive nesse sistema, e que a acumulação de

capital está relacionada diretamente a contradição histórica entre capital e trabalho. Fixado a essa premissa, as políticas neoliberais, no contexto da reestruturação produtiva do capital, se configuram como uma forma de reatualização do capital pelo próprio capital. As mesmas, no que se refere as estratégias de flexibilização do trabalho, como já afirmamos anteriormente, tem a finalidade de fazer com que o trabalhador incorpore o projeto do capital, é uma ideologia, para promover um envolvimento do trabalhador visando a extração de lucro por meio a exploração trabalho. Isso significa uma forma de alienação, pelo qual o trabalhador interioriza o ideário do capital, trazendo consequências diversas no processo de produção um tanto significativas para o mesmo.

As múltiplas formas de alienação afetam os trabalhadores para além do âmbito da produção ocasionando rebatimentos para a vida desses dentro e fora do âmbito do trabalho, transformando o tempo livre em tempo de trabalho, e o lazer é transferido para a esfera do consumo. O tempo livre torna-se tempo de consumo, seja de natureza material ou imaterial, tudo passa a ser fetichizado (MARX, 1988).

Esses trabalhadores sofrem uma pressão advinda do Capital e do Estado. O capital tentando extrair tudo o que o trabalhador pode produzir, e o Estado por sua vez, criando condições para isso, mesmo que, em alguns casos, este último tente demonstrar estar acima dos interesses classistas.

Com o desenvolvimento de tecnologias e introdução das máquinas sob o domínio das relações capitalistas, o trabalho adquire maior grau de produtividade e, por consequência disso, extrai-se mais mais-valia sobre o trabalho. Essa mudança mostra-se na composição orgânica do capital, aumentando o capital constante, sobre a razão inversa do capital variável. Esse aumento na extração de mais-valia é a ferramenta mais poderosa da acumulação capitalista.

A acumulação determina uma dinâmica particular na relação capital constante e capital variável. Assim, o progresso da acumulação aumenta a composição orgânica do capital e diminui em partes a parte do capital variável posto na produção capitalista. Quanto mais o capitalista gasta com meios de produção, menor será o número de emprego de força de trabalho. De forma

inversa, quanto maior for o capital global, menor a incorporação de força de trabalho. Não queremos dizer que com isso a produção tende a diminuir, mas, ela passa a depender menos da força de trabalho e mais dos meios de produção. Segundo Oliveira (2010):

Em alguns momentos, a força de trabalho ocupada será mais demandada em face da expansão de alguns ramos da produção, ora esta força de trabalho será reduzida pelo emprego de mais tecnologia. Esta crescente expansão de força de trabalho excedente se constitui como um dos pilares do processo de acumulação capitalista. Ou seja, formar uma força de trabalho excedente e disponível para ser absorvida no mercado de trabalho é imanente ao processo de produção tipicamente capitalista (OLIVEIRA, 2010, p. 278).

É exatamente isso que ocorre no complexo agroindustrial canavieiro. A força de trabalho tende cada vez mais a ser reduzida, devido ao avanço do processo de mecanização.

A diminuição da necessidade de força de trabalho humana em razão da maquinaria é histórica e traz consigo, além do peso do desemprego, o poder de dominação do capitalista sobre os salários dos trabalhadores empregados, e também na lei da oferta e da procura do mercado. Sobre essa problemática David Harvey afirma que:

As tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais podem mandar as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. O resultado é um exército “flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente sobre os salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho (HARVEY, 2011, p. 56).

Existem também outras formas do capital adquirir altos índices de produtividade com custos baixos além da diminuição do trabalho manual pela máquina, como por exemplo: a substituição de força de trabalho masculina por feminina (ANTUNES, 2009). Contudo, diferente da substituição do trabalho masculino por feminino, o uso das máquinas restringe espaço laboral tanto para homens quanto para mulheres; nesse caso, não há substituição de uns

pelos outros, mas ambos pela máquina, criando impactos na lei da oferta e da procura, como assinalamos acima, ocasionando também uma concorrência entre os próprios trabalhadores que passam a disputar as poucas vagas ofertadas no mercado de trabalho, gerando a formação do exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa. Todavia, o capital ainda que tenda a substituir trabalho vivo por trabalho morto, dado o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, no complexo agroindustrial canavieiro ocorre um fenômeno que vale atenção: é a utilização do trabalho manual, ainda em demasiada proporção, mesmo com o avanço da maquinaria.

Descortinar a adversa realidade dos trabalhadores do corte da cana no cenário contemporâneo brasileiro, cuja força de trabalho barata aliada à tecnologia ocupa um espaço fundamental para o aumento da produtividade da mesma, é nosso principal objetivo. É sobre isso que vamos tratar agora.

3 CAPÍTULO: ANÁLISES SOBRE O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

3.1 Agroindústria canavieira: entre a modernização e as formas arcaicas de trabalho

Nesta sessão trataremos das contradições entre a vida e o trabalho. Para entendermos como se configura a cultura da cana-de-açúcar no contexto do Brasil contemporâneo partiremos do ponto, que para nós é indispensável: a forma escravista que o trabalho assumiu na sociedade brasileira.

Antes de mais nada o que caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX, é a escravidão. Ela possui características próprias, bem diferente da escravidão americana por exemplo, como explica Caio Prado Júnior (1979), a escravidão americana não se deriva, no sentido histórico, a nenhuma das formas de trabalho servil que vêm na civilização ocidental, do mundo antigo, ou dos séculos que o seguem. A mesma surge de uma série de acontecimentos que se inicia no século XV com os grandes acontecimentos transoceânicos e pertence inteiramente a ela. O trabalho servil que atingiu no mundo antigo em proporções consideráveis, declinou até se extinguir totalmente em quase toda civilização ocidental. Com o descobrimento da América ele ressurgiu com uma força extraordinária. O fato de se tratar, no caso na escravidão americana, do ressurgimento de uma instituição que aparentemente estava abolida do Ocidente, tem uma grande importância pois a isto se agrega um conjunto de consequências que resultou num processo original e próprio aqui na América.

Agora podemos fazer uma comparação de dois momentos históricos da escravidão: a escravidão do mundo antigo e a do mundo novo. No primeiro, o escravo não é senão resultado de um processo natural, cujas raízes estão presas a um passado remoto e ele se encaixa perfeitamente na estrutura real e na cultura moral da sociedade antiga. Um escravo na Grécia ou em Roma seria como um trabalhador assalariado nos dias de hoje, algo necessário e

indispensável. Já a escravidão moderna, que é a nossa, não está ligada ou passado ou a qualquer tradição. De acordo com Caio Prado Júnior:

Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões, morais e materiais estabelecidos. Traz uma revolução, mas nada a prepara. Como se explica então? Nada mais particular, mesquinho, unilateral. Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (PRADO JR, 1979, p.270).

Em outras palavras, a escravidão moderna não surgiu de forma natural, ela foi socialmente produzida, pelos europeus, sem nenhum elemento constitutivo e a fim de servir ao comércio como um motor para usurpar riquezas nas colônias do novo mundo, como é o caso brasileiro. E mais, a própria escravidão era um produto a ser negociado.

Achamos relevante demonstrar também que há, no centro dessa questão, outro elemento que caracterizam, de forma nítida e desfavorável, a escravidão moderna “[...] é o elemento de que se teve que lançar mão para alimentá-la. Foram eles o índio da América e o escravo africano, povos de nível cultural ínfimo, comparado aos de seus dominadores (PRADO JR, 1979, p. 272)”. Aqui, ainda pode-se fazer comparação com o escravo do mundo antigo, tendo em vista que, nele a escravidão se forneceu de povos que muitas vezes se assemelhavam aos seus conquistadores. Gerando uma contribuição de valores culturais e de alto teor.

Roma, por exemplo, não teria sido o que foi se não tivesse contado com o que os escravos trouxeram de todas as partes do mundo conhecidas, e ali não tivesse tido uma concentração do que havia de melhor e culturalmente mais elevado. Ou seja, o escravo não foi, no mundo antigo, simplesmente uma

máquina de bruto trabalho. Já na América aconteceu o contrário, ainda em concordância com PRADO, JR (1979) o que vemos foi o:

[...] recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: 'instrumento vivo de trabalho' [...] (PRADO, JR, 1979, p. 272)

E em seguida o autor conclui:

Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento concurso moral. A 'animalidade do homem, não a sua humanidade' (PRADO, JR, 1979, p. 272).

Nesse seguimento, é possível afirmar que a contribuição do escravo negro ou do índio para a formação brasileira, além da sua força de trabalho no sentido de energia criadora, foi quase nula. Isso não significa que não deixasse de contribuir para a nossa "cultura", no sentido amplo em que a antropologia usa a expressão. No entanto, é uma contribuição passiva, resultante de sua presença e difusão do seu sangue, não de uma contribuição ativa e construtora.

As culturas dos índios e negros foram abafadas e deturpadas pelo estatuto social, moral e material imposto pelo seu portador. O negro e o índio teriam tido outro papel na formação social brasileira, se tivessem lhes dado um papel amplo e fecundo, se a colonização tivesse tido outros rumos, se tivesse buscado neles ou aceitado uma colaboração mais larga que o simples trabalho braçal.

Percorremos esse caminho que ilustra o trabalho escravo no Brasil porque compreendemos, como foi anteriormente afirmado, que o trabalho do corte da cana configura-se como análogo a escravidão, dado os níveis altos de exploração do trabalhador, da mão de obra barata e do perfil dos trabalhadores. Essas semelhanças demonstram que, apesar de todos os avanços do ponto de vista da forma que o trabalho tornou-se, com o passar do tempo, tais semelhanças permanecem firmes no setor sucroalcooleiro brasileiro na contemporaneidade.

As definições históricas que particularizam a sociabilidade que regida pelo capital imprimem características particulares ao processo de trabalho. Sob o comando da lógica da mercantil, o processo de trabalho é parte substancial do consumo da força de trabalho pelo capitalista, por um lado porque o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, cujo trabalho o pertence, e por outro, porque o produto do trabalho é pertence ao capitalista, e não do trabalhador que produziu diretamente. Nesse sentido, o capitalista tem amplo controle do processo de trabalho, pois ele detém tanto os meios de produção como também a força de trabalho dos trabalhadores. O exercício de apreender o processo de trabalho de forma geral é condição indispensável para entender as complexas relações sociais de produção e reprodução que desenha a exploração do trabalho dos canaviais (Bezerra e Tavares 2016).

Não é novidade que o trabalho dos cortadores da cana-de-açúcar é explorado e que essa exploração é funcional, no sentido de que ela é necessária para alcançar os altos índices de produtividade impostos pelas usinas. Ao final do século passado, no Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, o sistema do corte da cana foi campo de numerosos conflitos entre canavieiros e usineiros. Foi nesse momento que houve reações expressivas, por parte dos cortadores, à usinagem do Capital, por meio de organizações de greves a exemplo da de Guariba (São Paulo) e as da Zona da Mata de Pernambuco e Paraíba (BEZERRA; TAVARES apud NOVAIS; ALVES, 2007). Nesse período o processo de trabalho consistia em:

[...] cortar retângulos com 6 metros de largura, em 5 ruas (linhas em que são plantadas a cana), por um comprimento que variava por trabalhador, que era determinado pelo que pelo que ele conseguia cortar em um dia de trabalho. Este retângulo é chamado pelos trabalhadores de eito, e seu comprimento varia de trabalhador para trabalhador, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada um. (BEZERRA; TAVARES apud ALVES, 2006, p.92).

Desde então, a organização do trabalho no corte manual continua a proceder, de forma significatiza, por meio de turmas de trabalhadores que operam de modo simultâneo, em observância com os lotes de cana, que são divididos em estradas. De acordo com Bezerra e Tavares (2016) o corte é feito rente ao solo e retirada das folhas verdes do topo. Na sequência empilham-se os talos. Há, assim, duas regras estabelecidas aos trabalhadores que vale ressaltar: primeiro, o corte precisa ser cuidadoso, feito no ponto natural da quebra; não devem sobrar pedaços de cana no solo, pois é lá está a sacarose tão estimada pelos usineiros; segundo, a resistência física é objeto de pressão pela produtividade, arrojada pelo salário por produção, ante uma “atividade repetitiva, extenuante, realizada a céu aberto sob o sol, na presença da fuligem e poeira, num período de trabalho que varia de 8 a 12 h/dia” (LIMA, 2013, p.104), a pesar da regulamentação.

Quase três décadas depois, o sistema do corte continua sendo objeto de análise, discussão e estudo do processo de trabalho, mesmo com a pressão dos trabalhadores e com as denúncias fritas de forma pública a respeito do degradante trabalho nos canaviais brasileiros. Esse fato revela, uma tensão constante entre os canavieiros e a burguesia sucroalcooleira.

É evidente que o capitalista, na busca por mais trabalho, prefere que o processo seja feito pelo comprimento do eito, pelo acréscimo de carreiras. Já que, nessa alternativa, os cortadores não conseguem calcular a quantidade da sua produção diária, tendo em vista que a balança que verifica a produção encontra-se distante do plantio, na usina. Essa falta de acesso dos canistas a balança que converte metro/tonelada foi pauta das greves mencionadas anteriormente. Acordos estabelecidos com os usineiros, tanto em São Paulo, como em Pernambuco e na Paraíba, possibilitava o acesso a balança. No

entanto, esse acordo não obteve efetividade, uma vez que acompanhar o caminhão para a pesagem da cana demanda tempo o que implica, diretamente, na redução do salário, pois perde-se tempo de mais trabalho e mais produção. Os que insistem em participar do processo, sentem-se ameaçados por funcionários do setor administrativo da empresa, pois temem perder o emprego, que mesmo adverso, é o garantidor do sustento deles e de suas famílias (BEZERRA; TAVARES, 2016)

Nesse sentido, a principal pauta levantada pelos trabalhadores nos anos 1980 era a incorporação pelas usinas do sistema de cinco carreiras, enquanto os usineiros insistiam no sistema de sete carreiras. Ainda que aparente uma pequena diferença, o segundo sistema demonstra a intensificação do trabalho já que aumenta a proporções da cana de maneira significativa. Bezerra e Tavares (2016) revelam que:

Na Paraíba, ao menos do ponto de vista formal, desde meados dos anos 1980, acha-se convencionado o sistema de cinco carreiras – uma conquista de luta dos canavieiros. Contudo, pesquisa realizada por Adissi et al. (2014) comprova que esse acordo, firmado legalmente, tem sido sistematicamente desrespeitado pelos usineiros nos anos 2000 mediante a adoção do sistema de nove carreiras, em duplas de trabalhadores, 4,5 para cada. Essa denúncia chegou a provocar uma fiscalização mais rígida por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os patrões alegam que o pagamento das 4,5 carreiras para cada cortador, com referência nos preços convencionados no sistema de cinco carreiras, compensa os esforços de deslocamento requisitados pelo sistema de nove carreiras. Já para os trabalhadores, esse argumento é falacioso: ora em termos de desgaste físico, ora em termos salariais (BEZERRA; TAVARES, 2016, s/d).

Evidentemente se comprova o corte de gastos mínimos com o preço da força de trabalho, centro de todo conflito.

É curioso verificar pontos de identidade entre os itens de pautas reivindicatórias entre os canavieiros (na segunda metade da década de 1980) e dos mineiros do norte da Inglaterra no século XIX. O carvão era também vendido a peso pago aos operários por media Engels (1975), fonte de fraudes

e rebaixamento salariais. Isso é uma das expressões da “[...] desigualdade de temporalidade histórica expressa nesse setor produtivo [...]” (IAMAMOTO, 2012, p.235) o que assume maior importância ao se evidenciar a débil formalização das relações de trabalho e conseqüentemente as limitações no acesso aos direitos trabalhistas.

Portanto, torna-se cada vez mais difícil verificar o que se convém chamar de limite legal da exploração. O Capital encontra formas de burlar as leis de regulamentação que existem somente no plano formal. Na realidade, encontra-se o abuso, exploração desenfreada e despeito das novas regras postas pelo Estado brasileiro, neste início de século, referente à jornada de trabalho.

3.2 Mecanização no corte da cana e a superexploração

Desde que seres humanos negros foram trazidos da África para exercer trabalho gratuito no cultivo da cana, a força de trabalho no campo sofreu grandes modificações. Começando pela atividade dos trabalhadores familiares até chegar aos trabalhadores contratados por tempo determinado, o Capital estrategicamente fez e faz com que essas mudanças acarretem predominantemente benefícios para a indústria capitalista, mesmo quando essas modificações se justificam também como benefícios para o meio ambiente e para os trabalhadores. Mas o açúcar nunca foi capaz de adoçar as vidas amargas daqueles que o produzem. Ele, como também os demais derivados da cana, custam suor e sangue de muitos homens pobres e predominantemente jovens.

A mecanização nos canaviais não é uma atividade recente. No Brasil, ela ocorreu pela primeira vez no ano de 1956 com um equipamento importado. Segundo Silva (1991), no que se refere à colheita, na década de 1980 a mesma era essencialmente manual. Mas devido às greves de 1984 e 1985 muitas usinas passaram a realizar o corte por meio de máquinas. O autor ainda destaca um lento e gradual processo de substituição da força de trabalho,

dessa forma dar-se início a um processo de intensificação da desvalorização da força de trabalho.

O processo de mecanização no cultivo de cana-de-açúcar apresenta-se revestido por um discurso da noção de responsabilidade social e ambiental (ALVES, 2009). A mesma tem sido justificada como uma alternativa para os problemas ambientais, tendo em vista que a palha da cana ao ser queimada emite uma grande quantidade de poluição na atmosfera afetando a fauna e a flora de determinado local. Após negociações entre usineiros e o governo, foi aprovada a “Lei das queimadas” que torna ilegal a queima da palha da cana-de-açúcar. É no estado de São Paulo que a mecanização se acentua de forma mais expressiva atualmente. Todavia, a mesma já foi implementada em vários estados brasileiros, a exemplo da Paraíba.

Em razão da proibição da queima e da inserção das máquinas, a colheita manual da cana-de-açúcar é pouco vantajosa no Sul do país, tende a diminuir cada vez mais, já que a cana crua só é rentável, no que se refere a quantidade de produção, se colhida mecanicamente.

Uma colhedeira pode substituir em média 100 trabalhadores no corte-da-cana. Enquanto um trabalhador manual colhe em média por dia, seis toneladas, a colhedeira pode chegar a atingir 600 toneladas por dia. É importante salientar que o uso da colhedeira é impróprio para terrenos com mais 12% de declive. Esse fator faz com que a mecanização se desenvolva em níveis diferentes em cada região. Contudo, alguns estados do Nordeste como a Paraíba, faz parte dos estados onde a mecanização é, até o presente momento, pouco utilizada, embora os terrenos daqui sejam mais planos em relação aos de outras regiões do país (ABREU et al, 2008).

Com o uso da colhedeira, pode-se perceber a diminuição no rendimento do cortador, pois além de restar para ele cortar canas de má qualidade, que se encontram em espaços onde a máquina não consegue atingir, o trabalhador fica submisso ao trabalho operado pela máquina, ele passa a “competir” com a mesma, até chegar ao seu nível de exaustão.

Assim sendo, a referência de produtividade passou a ser a máquina. Se a cana cortada media/dia era de seis toneladas, hoje é comum encontrar

trabalhadores que cortam no mínimo dez toneladas de cana por dia. Nesse caso, se a mecanização é boa por um lado, porque não agride o meu ambiente, por outro ela implica mais-trabalho a fim se alcançar um grau maior de produtividade.

A justificativa de que a mecanização resolveria os problemas que envolvem condições precárias de trabalho no campo são falaciosas. Essa explicação não se sustenta completamente quando observamos o dispêndio exacerbado de força de trabalho executado pelo cortador para alcançar uma determinada quantidade de produção. O que se revelou no decorrer da nossa pesquisa foi que a mecanização surgiu de fato pela necessidade de proteção ao meio ambiente, ou no discurso oficial de uma produção limpa e ecologicamente sustentável. Contudo, o Capital fez da mesma uma estratégia de geração de lucro, pois mesmo a máquina tendo um custo alto, ela é vantajosa financeiramente: máquinas não adoecem, não tiram férias, não promovem greve, entre outras coisas que tornam a mecanização um grande atrativo para os usineiros.

A luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, legislação ambiental e aumento da produtividade, a partir da introdução das máquinas, aceleram o processo de expansão tecnológica na colheita da cana-de-açúcar, o que resultaria num enorme exército de desempregados. Sobre isso há uma produção com diversos enfoques teóricos (ALVES, 1991 e 2009; REIS, 2012; REIS e ALVES, 2014; FAVORETTO, 2014; RAMOS, 2007b; MENEZES et al. 2011). Alguns deles defendem a tese que indicam que até 2020 serão eliminadas as queimadas em todas as áreas do cultivo da cana. Se isso ocorrer, haveria uma redução de 90% dos postos de trabalho, conforme MENEZES (et al., 2012).

Com a expansão da mecanização, a demanda por trabalhadores, principalmente os de baixa qualificação, diminuiria cada vez mais, pois essa nova conjuntura de trabalho no campo, exige trabalhadores mais qualificados, capazes de desenvolver atividades mais complexas, como operar colhedeiças. Esse fato por si só, já retiraria dos canaviais uma parcela significativa de trabalhadores, tendo em vista que a grande maioria do empregado agrícola não possui nível avançado de escolaridade. De acordo com Menezes (2012):

O processo de mecanização está causando não apenas diminuição do emprego no corte da cana, mas está transformando as relações de trabalho com o surgimento e expansão de novos empregos relacionados ao processo mecanizado como tratorista, mecânicos e etc., bem como uma deterioração das condições de trabalho dos cortadores de cana [...]” (MENEZES et al, 2012, p. 15).

Mesmo considerando o surgimento de novas formas de trabalho no campo, não podemos deixar despercebido o fato de que, se assim for, não haverá postos de trabalho suficiente para todos os trabalhadores. A ameaça do desemprego se tornaria realidade engordando o exército industrial de reserva.

Atualmente ainda não é possível a implementação da mecanização em todos os terrenos das usinas brasileiras, tendo em vista que a colheita mecanizada só pode ser realizada em terrenos com 12% de declividade, como já expomos anteriormente. Isso faz com que a mecanização se desenvolva com intensidades diferentes em cada região do país (ABREU et al., 2008) como é o caso de São Paulo em relação às usinas nordestinas.

A discussão sobre esse assunto tem sido abordada por diversos enfoques, o que torna nossa discussão ainda mais complexa. Diferentemente de Menezes et al, (2012), recentes estudos, a exemplo das pesquisas de Guanais (2016), Bezerra e Tavares (2016) demonstram que o novo modelo de modernização agrícola tem como eixo central a manutenção de grandes contingentes de trabalhadores manuais a despeito do elevado índice de mecanização do corte, contrariando, assim, aquelas expectativas que previam a eliminação completa do trabalho manual. Isso faz com que a essência desse modelo seja a combinação, de forma eficiente, do trabalho manual com o trabalho mecanizado, garantindo à gerência agrícola a viabilidade econômica da produção. De acordo com Guanais 2016:

Observando-se o modelo adotado em São Paulo, percebemos que, ao contrário do esperado, a eliminação do trabalho manual não ocorreu, este apenas passou a ser combinado com o trabalho mecanizado, mudando a configuração, mas deixando intactos os elementos centrais do processo de

intensificação do trabalho, que degrada as condições de vida e trabalho ... (GUANAIS, 2016 apud REIS e ALVES, 2014, p. 1-2).

Esses dados trazidos por Guanais (2016) apud Reis e Alves (2014) comprovam que mesmo tendo havido diminuição do número de trabalhadores manuais formalmente empregados no setor canavieiro entre os anos de 2007 e 2013, a quantidade de trabalhadores que continuam empregados para as exercer atividades manuais ainda expressiva. Outro elemento que vale ser destacado é a permanência da sazonalidade do emprego, ou seja, o número de empregados continua crescendo durante os meses que compõem a safra e diminuindo durante a entressafra. Por isso:

[...] mesmo com a elevada taxa de mecanização do corte dos últimos anos, o número de trabalhadores empregados na entressafra ainda é insuficiente para dar conta das demais atividades agrícolas (preparo do solo, plantio e tratos culturais) que se dão simultaneamente à safra (colheita de cana). As usinas contratam, na safra, trabalhadores adicionais, que irão predominantemente cortar cana, porque se fossem fazer apenas as demais atividades agrícolas, aqueles contratados na entressafra dariam conta (GUANAIS, 2016 apud REIS e ALVES, 2014, p. 7).

Avista disso, ficou claro que o processo de mecanização do corte de cana posto em prática no estado de São Paulo até o presente momento necessita de um grande contingente de trabalhadores manuais para que seja possível realizar todas as atividades produtivas que ocorrem ao mesmo tempo que o corte da cana. Assim, embora tenha havido de fato saída de trabalhadores do campo devido uso das máquinas, o corte manual também permanece sendo utilizado juntamente com o corte mecanizado, e é essa combinação que assegura o fornecimento adequado de cana às usinas sem prejuízo das demais atividades manuais que são necessárias à produção de cana. Mais uma vez, isso vem revelar a existência da combinação entre

trabalho manual e trabalho mecanizado, mesmo com elevadas taxas de mecanização nos canaviais.

Como demonstram os autores, o processo de mecanização no espaço canavieiro do Estado de São Paulo não elimina o trabalho manual por completo e apesar da utilização da mecanização em níveis avançados. Apesar disso, é possível visualizar elementos característicos de uma exploração exacerbada mesmo num contexto moderno, o que denominaremos, nos termos de Ruy Mauro Marini, de superexploração. Em termos práticos para o trabalhador:

[...] aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores (MARINI, 2012, p. 30).

Consideramos que a superexploração não apenas aparece, mas principalmente ganhar expressividade no contexto do setor canavieiro ainda que o mesmo esteja inserido na dinâmica da modernização, significando, dessa forma, uma expressão clara das especificidades do capitalismo contemporâneo no Brasil. Se por uma parte a superexploração do trabalho mantém-se como uma árdua condição da classe trabalhadora, para garantia da satisfação de suas necessidades básicas, pois ela tem relação direta com o pagamento por produção, por outra, segue como um instrumento na conquista de altos lucros para os capitais monopolistas e como agravamento das relações de trabalho.

Nos interessa demonstrar que nos dias de hoje, no interior dos canaviais, ao lado de modernas e caras máquinas ainda existe um grande número de trabalhadores manuais que recebe por produção, que trabalha sob

intenso ritmo de trabalho e que, mesmo assim, continua recebendo salários irrisórios:

A combinação entre trabalho manual e mecanizado no CAI Canavieiro, se apoia na permanência de duas características arcaicas e paradoxais: de um lado, modernas e caras máquinas colhedoras, operando com tecnologia de informação e, de outro, trabalhadores manuais e operadores de máquinas de alta produtividade, pagos pelo perverso sistema de pagamento por produção da cana. Essa combinação é baseada, também, nos baixos salários pagos aos trabalhadores manuais (RAMOS, 2009) e operadores de máquinas (SCOPINHO et al., 1999), e elevado índice de agravos à saúde dos trabalhadores (LAAT, 2011) (GUANAIS, 2016 apud REIS ALVES, 2014, p. 13).

Além disso, a permanência desse contingente de assalariados trabalhando sob essas condições é o que garante às usinas baixos custos de produção, sendo essa a principal razão do trabalho manual não ter sido totalmente eliminado desse setor até hoje apesar dos avanços da mecanização na medida que a conexão entre mais-valia relativa e a mais-valia absoluta vai ao encontro aos interesses do capital. Portanto os trabalhadores manuais funcionam como um instrumento de acúmulo de capital para garantia de recursos com vistas aos humores incertos da economia e do clima, pois são os únicos capazes de reduzir os custos de produção intensificando seu próprio trabalho.

Todos esses elementos nos ajudam a afirmar que os traços característicos fundamentais da superexploração do trabalho não desapareceram no atual contexto de mecanização e modernização do setor sucroalcooleiro; pelo contrário, permanecem e são funcionais ao capital na contemporaneidade brasileira.

Salientamos que não estamos desconsiderando os benefícios ambientais gerados pela eliminação da queima da palha da cana através da implementação da mecanização. Mas compreendemos que esse é um processo contraditório. Se por um lado elimina-se a queima, por outro não consideram os danos causados pelo uso de agrotóxicos no plantio, tendo em

vista que, segundo Dantas (2015), o Brasil é o país que mais movimenta o mercado de agrotóxicos e herbicidas, ocupando o terceiro lugar no índice dos maiores consumidores. No ano de 2005 foram vendidas 485.969 toneladas do produto comercial e 232.232 toneladas do princípio ativo. Mais da metade deste desse total foi utilizado na produção de soja (38,5%) e (12,6%) na produção de cana-de-açúcar. Mas, é importante destacarmos que não há uma relação direta entre a substituição da queima da palha da cana com o uso de agrotóxicos. O que queremos demonstrar é que, ambos trazem consequências para meio ambiente. No entanto, o não uso desses produtos químicos implicam diretamente na diminuição da produção da cana, como também na degradação do solo. A opção pelo fim das queimadas representa, de certa forma, menos perda em relação a uma suposta proposta da proibição (parcial ou não) de agrotóxicos. Vemos assim as questões ambientais ficam sempre em segundo plano quando há ameaça de queda de produção e também de lucro.

A mecanização que gera altos níveis de produção, traz consigo o peso de o carimbo do capital, quando sua finalidade (in)visível vai de acordo com a lógica do sistema:

A expansão da cultura da cana-de-açúcar não se dá apenas com a derrubada da mata, mas também com derramamento de sangue. Portanto, o “selo verde” de responsabilidade ambiental que justifica a mecanização não rompe com o ciclo de degradação do meio ambiente. Esse selo, fixado com o slogan que prega o fim da queima, devido a incorporação das máquinas, tem sido um artifício ideológico que favorece o capital ao garantir o passaporte para a conquista de novos mercados. Os reflexos positivos, no que se refere as questões ambientais, são extremamente frágeis e pulverizados, haja vista a lógica que sustenta a cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro (DANTAS, 2015, s/d).

Dessa forma, por traz da máscara do selo verde que esconde a realidade dos fatos, a tecnologia aplicada nos canaviais não rompe com a exploração do trabalho historicamente presente nesse setor, pois apesar de dispensar trabalho vivo, uma das suas principais consequências, a mecanização colabora com o sobretrabalho daqueles que continuam no campo.

A expansão da agroindústria canavieira em suas velhas e novas formas de produção visando extração de lucro sob a “falsa” tese de sustentabilidade atual, em nada melhora as condições de vida de quem tem o campo como o único meio de trabalho possível como expomos acima. Da plantação colonial, submetida às necessidades internacionais, mantem-se intactas até os dias atuais, as bases que dá sustentabilidade ao latifúndio de nossos dias, um dos fatores responsáveis da pobreza do Brasil e da América Latina. Em pleno século XXI, a configuração do trabalho no corte da cana continua castigando trabalhadores nas formas mais brutais e desumanas pela via da superexploração meio de extração da mais-valia, levando-os até a morte.

Assim como no passado “o engenho absorvia tudo, homens e terras” (GALEANO, 2015, p. 102), hoje, os cortadores de cana continuam sendo absorvidos, mas de maneira moderna. As transformações promovidas pelo capital em nenhum momento vão deixar de promover lucro, ainda que para isso, lhe custe vidas.

Quanto às condições do trabalhador de segurado da Previdência Social:

Ele está acobertado, obviamente respeitadas as condicionalidades do tempo de contribuição, pois, graças aos ajustes promovidos pelo Estado para que o fim capitalista seja alcançado, sob a lógica da economia flexível, os cortadores de cana são trabalhadores temporários. Essa relação contratual, que se amolda à sazonalidade da colheita e a interesses do capital, impõe limites ao cortador da cana e à sua família, tanto no tocante à condição de segurado da Previdência Social quanto à própria sobrevivência (TAVARES, 2014, p. 333).

Assim, a colheita temporária (dura em média seis meses), manifesta uma dupla insegurança: o medo de não ser empregado na safra seguinte, e assim, poder não ter mais a condição de segurado, como também o medo de não poder garantir condições de subsistência a si e a sua família.

Compreendemos que a mecanização no corte da cana se configura como uma reestruturação do modelo de produção agrícola, pois ela não só traz mudanças para esse setor no que se refere ao grande aumento produção do açúcar e do álcool aliado ao indispensável trabalho manual, mas também é

responsável pela superexploração do trabalho dos cortadores. Nesse sentido, fica claro que em razão das metamorfoses ocorridas no cultivo de cana-de-açúcar, os interesses do Capital agroindustrial canavieiro continuam intactos e que, por sua vez, só são alcançados através de uma exploração desenfreada dos trabalhadores.

A permanência das elevadas taxas de mecanização e baixas taxas de substituição de homens por máquinas, parecem indicar que, mesmo que o capitalismo e o setor sucroalcooleiro consigam sair desta crise, e que o clima se estabilize, o trabalho manual não será eliminado. Isso porque a manutenção de elevado contingente de trabalhadores, substituindo ou complementando a operação das máquinas, garante baixos custos de produção (GUANAIS, 2016).

Portanto, consideramos que a mecanização no contexto da modernização da colheita da cana-de-açúcar mostra-se como uma forma de modernização perversa para o homem do campo preso as correntes da superexploração do trabalho. Sob a alegação de ser inserida nos canaviais pela proibição da queima, a mecanização responde positivamente à lógica do modo de produção capitalista, primando, sobretudo e historicamente pela busca da lucratividade.

3.3 Breves considerações sobre a Questão Agrária

Caminhar pelos caminhos aludidos exige extrapolar o processo imediato da produção, ampliando o horizonte de análise para identificar os elos encobertos na trama das relações entre agroindústria canavieira, o Estado e os trabalhadores. No seio da luta de classes o trabalho do corte da cana continua mantendo sua estrutura degradante, aviltante, limítrofe ao que o corpo suporta. É com base nesses elementos que:

[...] se tona possível inferir que a configuração do setor em que estão empregados os cortadores de cana é uma das expressões mais cruéis e elucidativas da contradição capital-trabalho no campo brasileiro. De um lado, os que sempre querem mais-dinheiro e mais-trabalho: a usinagem do capital, dona do cansaço alheio; do outro, os trabalhadores que conseguem reproduzir sua força de trabalho à custa da exaustão, de riscos à saúde e a própria vida (BEZERRA; TAVARES, 2016, s/d).

A negligência com questão agrária revela uma das grandes feridas da nossa formação social. A luta por um projeto de reforma agrária mantém atualidade e necessidade no cenário brasileiro. Em concordância com Oliveira:

No Brasil o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gerou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado externo. Insistem também na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para propiciar aos camponeses que querem produzir e viver no campo à terra (OLIVEIRA, 2013, p. 104).

Acreditamos que a incansável luta pela terra é uma questão central e determinante para o Brasil, cuja dimensão de modernidade ainda fixa-se em dois polos: de um lado os trabalhadores e do outro os latifundiários do agronegócio que “[...] veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2013, p. 106).

No contexto agrário contemporâneo, é possível admitir que as condições de exploração da força de trabalho no corte da cana-de-açúcar são indispensáveis para o agronegócio sucroalcooleiro. Contradição que insiste invariavelmente em miséria de um lado e riqueza de outro. Se esta é a realidade, sigamos caminhando e lutando contra o capitalismo rentista que semeia violência e barbárie porque:

“Primeiro é preciso
transformar a vida
para cantá-la
em seguida.”
(Maiakowski).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado na introdução, o objetivo principal desta dissertação foi analisar o processo de mecanização no corte da cana-de-açúcar e superexploração dos trabalhadores na agroindústria canavieira brasileira e demonstrar os elos existentes entre esses fatores no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil.

Como os leitores puderam observar, a estrutura do texto e a organização dos capítulos foram pensadas com o intuito de demonstrar de que forma foi sendo construído todo nosso raciocínio. Para evitar aqui maiores repetições, nesta conclusão pontuaremos apenas alguns argumentos principais – pois já foram discutidos anteriormente – e a partir deles faremos breves comentários.

Foi possível identificar ao longo de toda a dissertação, a discussão a respeito da formação social brasileira que ocupou um espaço fundamental para que todos os elos discursivos fossem minimamente articulados. Isso demonstra a importância que damos aos estudos acerca do Brasil, pois a partir deles podemos percorrer por um caminho seguro para desvelar os complexos que envolvem nosso objeto de estudo. Evidentemente, é possível identificar o amplo espaço que a questão agrária possuiu e ainda possui no cenário brasileiro, modificando tanto a economia do país quanto a sociabilidade.

Como é sabido, as tecnologias implementadas no setor sucroalcooleiro correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas. E estas cumprem o papel de diminuir os custos da produção de um modo geral, e assim de fato o fazem. Todavia, nos canaviais brasileiros elas dividem espaço com o trabalho manual, formando, aparentemente, um ponto de contradição com vistas a modernidade.

O que gere o trabalho nos canaviais é pagamento por produção, como já explicitado anteriormente. O cortador ganha por tonelada cortada, cujos preços são definidos nas convenções coletivas anuais. Atualmente, por cada tonelada cortada o trabalhador ganha R\$ 6,68, a média de produtividade é de seis toneladas por dia, como já afirmamos anteriormente. Assim, se o trabalhador

cortar a média diária de seis toneladas de cana, ele irá ganhar R\$ 39,42 reais por dia (BEZERRA; TAVARES, 2016) Em um mês ele ganha em torno de R\$1.182,6. Obviamente o cortador irá optar pelo salário por produção dada a vantagem em relação ao salário fixo, o que leva o cortador a seguir (in)diretamente as determinações do mercado.

O resultado desse processo é a intensificação do trabalho manual sem melhorias, de fato efetivas e compensatórias, do salário. Portanto, é importante demonstrar de forma clara o caráter dúbio que este setor fomenta no seu interior. De um lado, utiliza-se do aporte tecnológico moderno (colhedeiros, satélites de geoprocessamento, tratores de última geração etc.) e do outro não dispensa o lucro exacerbado que o trabalho manual lhe possibilita, valendo-se de relações de trabalho arcaicas (BEZERRA; TAVARES, 2016). Portanto, compreendemos que o processo de mecanização no cultivo de cana-de-açúcar aliado ao trabalho manual superexplorado são expressões do capitalismo contemporâneo brasileiro, faces diferentes, mas não antagônicas, de uma mesma moeda.

Até o presente momento, a permanência das altas taxas de mecanização e baixas taxas de substituição de homens por máquinas, parecem indicar que, mesmo que o capitalismo e o setor canavieiro saiam desta crise em que nos encontramos, e que o clima se estabilize, o trabalho manual não será eliminado. Uma vez que a manutenção de elevado contingente de trabalhadores, substituindo ou complementando a operação das máquinas, garante baixos custos de produção. A vista disso, pode alegar que o trabalhador tem liberdade de optar pelo trabalho fixo. Mas compelido pelas determinações do mercado, ele vê-se obrigado a trabalhar mais, além da necessidade objetiva de ter a possibilidade de conseguir ganhar um pouco melhor do que o salário legalmente garantido, ainda que seja extremamente baixo e insuficiente para assegurar de forma digna e satisfatória a reprodução social deles e de suas famílias.

O que poderia mudar esse contexto seria o crescimento do grau de articulação e as lutas de trabalhadores e sindicatos para a elevação do piso salarial da categoria, que é o que fornece a base para o salário fixo mensal.

Com um piso elevado, condizente com o aumento exorbitante de produtividade que passou a ser exigido dos cortadores de cana nas últimas décadas os trabalhadores poderiam vislumbrar a possibilidade de não mais receber por produção (GUANAIS, 2016).

Comprova-se que os trabalhadores submetidos às condições de insegurança no que se refere a sobrevivência dentro das empresas – devido as exigências de produtividade – não conseguem expor seus sentimentos de precariedade no âmbito do trabalho. Para alguns questionamentos como: Como seria possível, para esses trabalhadores, falar sobre suas angústias, estresse, depressão, além de sustentarem o peso do esgotamento físico e a instabilidade de suas vidas? Não há como negar o espectro da impotência e do medo. No entanto, se a tendência pela superexploração é uma exigência crescente por parte do capitalismo em escala global, faz-se necessário que as respostas do mundo do trabalho sejam também crescentes, numa organização coletiva entre trabalhadores assalariados e desempregados.

Para tanto, a luta para que os direitos trabalhistas sejam realmente garantidos, é o primeiro passo para o fim da exploração tanto objetiva quanto subjetiva do trabalho. Mas o fim das práticas de superexploração do trabalho só será possível com uma mudança estrutural, ou seja, com a superação do modo de produção capitalista. Se a barbárie é real e imediata o socialismo é uma alternativa possível.

Esta pesquisa abriu espaço para outras questões. No estado da Paraíba, o impulso à produtividade acompanhado de condições de trabalho tão precárias e aviltantes gerou um crescente processo de seletividade da força de trabalho manual a ser empregada no corte da cana. As exigências dos índices de produtividade estabelecidos pela usina chegaram a praticamente eliminar a participação de mulheres nessa atividade, transferindo-as para a cultura do abacaxi, como também evidenciado por BEZERRA e TAVARES (2016), pois “na substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã, pelo regime de 5 dias trabalhados por 1 de folga, não havendo, portanto, mais um dia e meio de folga no final da semana (MOREIRA, 2011, p. 153).

Atualmente uma das tendências econômicas principais no cenário paraibano é a expansão de grandes propriedades através do cultivo de lavouras comerciais a exemplo da lavoura do abacaxi. De acordo com Moreira:

[...] a expansão da lavoura do abacaxi cuja área plantada passou de 561 hectares em 2000 para 2.2206 hectares em 2009 (um aumento médio de 293,2% no período) e a quantidade produzida passou de 16.985.000 frutos em 2000 passa para 62.535.000 frutos em 2009 (um aumento médio no período de 268,2%) (MOREIRA, 2011, p. 156).

O abacaxi é uma das principais frutas produzidas no Brasil, com área plantada de aproximadamente 70 mil hectares e produção de 1,8 milhões de toneladas no ano de 2015. A Paraíba é o segundo estado que mais o produz, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Diante disso, pode-se afirmar, a priori, que a organização agrária paraibana vem se desenvolvendo significativamente nos últimos anos. Assim, esse espaço também se estruturou como um local de subordinação aos interesses latifundiários. Todavia, as formas concretas que assumiram essa dominação permitiram uma presença mais acentuada das formas camponesas de utilização de recursos. Essa permissão, no entanto, mostrou-se variante a depender dos interesses de exploração comercial.

Dada as bases argumentativas em que parte nosso estudo, o trabalho feminino, que antes encontrava espaço no setor sucroalcooleiro e que, devido às exigências de produtividade impostas pelo grande capital agroindustrial, passou ocupar a cultura do abacaxi, vale ser investigado, já que o mesmo faz parte de um setor importante da economia. Nesse sentido, embora as relações de trabalho na cultura do abacaxi nos pareçam, num primeiro momento, serem menos escorchantes do que o trabalho no complexo canavieiro, há, nesse universo teórico-prático, uma combinação de fatores que carece ser melhor investigada e analisada. Essas e outras questões em torno do trabalho feminino na cultura do abacaxi na Paraíba serão exploradas numa pesquisa futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU et al. **Impacto social da mecanização da colheita da cana-de-açúcar**. 2008

Disponível

em:

<http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_de_medicina_do_trabalho_-_volumes_4,5_e_6_20122013145546533424.pdf>.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. V. 15, n3, p.90-98, set.-dez./2006.

ALVES, F. J. C. **Políticas públicas compensatórias para a mecanização da cana crua**. RURIS. v. 3,n. 1, p. 153-178, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**; [2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEZERRA, Lucas e TAVARES, Augusta Maria. **Produtividade e Miséria: o trabalho assalariado nos canaviais da Paraíba / Productivity and poverty: wage labor in the sugarcane plantations of Paraíba**. Revista Ser social, U18, nº39, p. 562-583, jul-dez/ Brasília: 2016.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa. **Modernização do Setor Sucroalcooleiro: a mecanização no corte da cana-de-açúcar**. Maranhão, 2015.

Disponível:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/modernizacao-do-setor-sucroalcooleiro-a-mecanizacao-no-corte-de-cana-de-acucar.pdf>

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1975

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. Tese (Doutorado). Campinas, 2016

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. 2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2012.

JATOBÁ et al. **Política de Emprego para o Nordeste**. Recife: Massangana, 1985.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LÊNIN, V. I. Obras completas. Madri, 1977.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra “Zona da Cana” nordestina**: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Curitiba: CRV, 2013.

LUKÁSC, Georg. **As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. 1968.

Disponível

em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. IN: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

MANDEL, Ernest. **O Estado na Fase do Capitalismo Tardio**. In: O Capitalismo Tardio. 1982

MENEZES et al. **A mecanização do cote da cana e as transformações das relações de trabalho**. 2012

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Espaço, Capital e Trabalho no campo paraibano**. Revista da ANPEGE, v7, nº 1, número especial, p. 147-160, 2011.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAIS, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: Edufscar, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberto de Oliveira. **Barbárie e modernidade**: as transformações do campo e o agronegócio no Brasil. In A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Edna Alves de. **Superpopulação Relativa e a “nova questão social”**: um convite às categorias marxianas. 2010.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRADO JR. C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PERRUCI, Gadiel. **A república das usinas**: um estudo da história social e econômica do nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, José de Nazaré Dantas. **Aos facões de ouro, de prata e de bronze**: um estudo sobre as condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores canavieiros do município de Cruz do Espírito Santo-PB no século XXI. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: PPPG/UFPB, 2014.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção do capital. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. **O aviltante trabalho do cortador de cana**. In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. Boitempo, 2014.

TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967, v. 1.

